



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E SOCIEDADE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

**AS CONSTRUÇÕES DA CIDADANIA: as juventudes e suas
percepções sobre o território do Grande Bom Jardim - Fortaleza.**

CLÁUDIA MARIA INÁCIO COSTA

FORTALEZA – CE
JULHO/2012

CLÁUDIA MARIA INÁCIO COSTA

AS CONSTRUÇÕES DA CIDADANIA: as juventudes e suas percepções sobre o território do Grande Bom Jardim - Fortaleza.

Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial exigido para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Francisco Horácio da Silva Frota.

FORTALEZA – CE

JULHO/2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho**

C837c Costa, Cláudia Maria Inácio

As construções da cidadania: as juventudes e suas percepções sobre o território do Grande Bom Jardim- Fortaleza / Cláudia Maria Inácio Costa. – 2012.

100f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

1. Juventude. 2. Território. 3. Cidadania. I. Título.

CDD: 320.6

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
SOCIEDADE

**AS CONSTRUÇÕES DA CIDADANIA: as juventudes e suas
percepções sobre o território do Grande Bom Jardim - Fortaleza.**

CLÁUDIA MARIA INÁCIO COSTA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º Francisco Horácio da Silva Frota, UECE
Orientador

Prof.º Dr.º Francisco Josênio Camelo Parente, UECE
Examinador interno

Prof.º Dr.º Rosendo Freitas de Amorim, UNIFOR
Examinador externo

Fortaleza/CE, 30 de julho de 2012.

À mim, por conseguir chegar ao fim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar e sempre à Deus e a família que me acolhe, me conforta e me fortalece. Tanto a família de sangue, como aquela que temos a oportunidade de escolher durante nossa caminhada pela vida. Meus amigos que se mostraram tão presentes e companheiros nesse momento de emoções contraditórias. Meu sincero obrigada à Fátima Albuquerque, Cristiê Moreira, Carolina Feitosa, Denise Furtado e Naiara Nobre.

Ao meu orientador e mestre Horácio Frota, por sua inabalável paciência comigo, sua impagável contribuição na minha formação acadêmica, pois me acompanha desde o início, quando na graduação ainda, comecei sob seus cuidados na iniciação científica.

Aos meus companheiros do NUPES – Núcleo de Pesquisas Sociais da UECE – que na troca de conhecimentos e nas relações pessoais contribuíram com meu crescimento profissional e pessoal.

Aos professores Dr. Josênio Parente e Dr. Rosendo Amorim, pela presteza em atender meu convite em circunstâncias, no mínimo, inusitadas.

E por fim e de forma muito especial, aos jovens do Grande Bom Jardim, aos que contribuíram em cada palavra, gesto, silêncio, explicação. Aos entrevistados e, especialmente, aos jovens do PROTEJO, que me proporcionaram construir este trabalho que marca mais uma etapa de minha vida e que me fizeram um ser humano bem melhor após os meses de convívio em sua rica realidade.

Pra Manter Ou Mudar (a do Piano)

Móveis Coloniais de Acaju

Tudo que eu queria dizer
Alguém disse antes de mim
Tudo que eu queria enxergar
Já foi visto por alguém

Nada do que eu sei me diz quem eu sou
Nada do que eu sou de fato sou eu?

Tudo que eu queria fazer
Alguém fez antes de mim
Tudo que eu queria inventar
Foi criado por alguém

Nada do que eu sou me diz o que eu sei
Nada do que eu sei de fato é meu?

Algo explodiu no infinito
Fez de migalhas
Um céu pontilhado em negrito
Um ponto meu mundo girou
Pra criar num minuto
Todas as coisas que são
Pra manter ou mudar

Sempre que eu tento acabar
Já desisto antes do fim
Sempre que eu tento entender
Nada explica muito bem

Sempre a explicação me diz o que eu sei:
"Sempre que eu sei, alguém me ensinou"

Algo explodiu no infinito
Fez de migalhas
Um céu pontilhado em negrito
Um ponto meu mundo girou
Pra criar num minuto
Todas as coisas que são
Pra manter ou mudar

Agora reinvento
E refaço a roda, fogo, vento
E retomo o dia, sono, beijo
E repenso o que já li
Redescubro um livro, som, silêncio
Foguete, beija-flor no céu,

Carrossel, da boca um dente
Estrela cadente

Tudo que irá existir
Tem uma porção de mim
Tudo que parece ser eu
É um bocado de alguém

Tudo que eu sei me diz do que sou
Tudo que eu sou também será seu

RESUMO

Entender como os jovens do Grande Bom Jardim percebem o papel das juventudes no contexto da periferia de Fortaleza. Isso é o que este trabalho se propõe. Para tanto o trabalho se divide em três partes que versam sobre as relações entre território, cidadania e juventude. A metodologia utilizada é a fenomenológica-hermenêutica, que se utilizou das técnicas da observação participante e entrevista semi-estruturada para se chegar às respostas das perguntas empreendidas na construção do objeto. No primeiro capítulo é feita uma descrição sobre como se deu o processo de investigação, unindo a discussão teórica sobre as escolhas metodológicas. No segundo são tratadas as relações entre território e juventude, numa visão mais ampla de território como palco das relações sociais. No terceiro e último capítulo é feita a relação entre cidadania e juventude, sempre intercalando com as análises da pesquisa. Por fim, na conclusão, apresenta-se todo o diálogo construído entre empiria e teoria, reconhecendo que cidadania e juventude se fazem e eterna construção, pois são reflexos das relações sociais e nelas atuam.

Palavras-chave: Juventude; território; cidadania.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – REFAZENDO PASSOS, CONSTRUINDO SENTIDOS: o eterno ir e vir da investigação científica.....	18
1.1 A pesquisa e o método: partes que se completam.....	20
1.2 Descobrindo o campo: coletando dados e (re) conhecendo a história dos sujeitos.....	26
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIAS, IMAGENS E OS NÃO LIMITES DE UM TERRITÓRIO: o Grande Bom Jardim, “o meu lugar”.....	34
2.1 A história e seus contrastes: do verde ao cinza se constituiu o Bom Jardim	34
2.2 O significado das imagens do território e o lugar do “vixi”.....	40
2.3 Esse é o meu lugar, “é tranquilo aqui”.....	45
CAPÍTULO 3 – FALANDO SOBRE CIDADANIA E JUVENTUDE: processos em eterna construção	51
3.1 Novos tempos, novos conceitos?	53
3.2 As juventudes e sua cidadania.....	58
3.3 Entre caminhos e construções	66
CONCLUSÕES À DERIVA	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS.....	83

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho aqui apresentada tem por objetivo entender *como os jovens do Grande Bom Jardim percebem o papel das juventudes no contexto da periferia de Fortaleza*. Para tanto, procurou-se trabalhar três categorias que julgou-se necessárias a essa compreensão, quais sejam: *juventude, cidadania e território*.

O trato com a categoria juventude advém de alguns anos de pesquisa, desde a graduação, no período de 2004 a 2009. É um assunto que instiga e sempre traz novas indagações em suas contínuas reconstruções. Trabalhando as relações juventude, políticas públicas e participação, naturalmente, se chegou a categoria cidadania. Em um momento que à juventude são apresentadas propostas de inserção na sociedade para além dos conceitos de “fase transitória da vida” (GROPPO, 2000), é que se fizeram perceber vários questionamentos que se juntavam aos já existentes em relação às políticas a ela destinadas.

Foi no contato direto com o público estudado que surgiram as angústias que logo se transformariam em inspiração para a elaboração deste trabalho. Os primeiros contatos se deram no trabalho realizado com jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, atendidos por um projeto que se somava ao conjunto de ações realizadas pelo Território da Paz em Fortaleza¹. Logo nas primeiras atividades desenvolvidas surgiram vários questionamentos que circundavam as noções de cidadania tanto dos jovens quanto da pesquisadora.

As leituras já feitas sobre o tema pareciam ganhar vida em cada detalhamento do cotidiano narrado por aqueles jovens e por suas concepções de sociabilidade, dentro de um contexto tido por toda sociedade como “problemático”, tendo em vista que se tratava da região do Grande Bom Jardim, apresentada na mídia, nas estatísticas e no imaginário social como uma das regiões mais violentas da cidade de Fortaleza. A *condição humana* definida por Arendt (2007) se apresentava de forma diversa, e muitas vezes, estilhaçada

¹ O primeiro capítulo contém as informações sobre o que seja o Territórios de Paz e como se deu em Fortaleza.

em meio à negação das condições necessárias ao *trabalho*, tendo o *labor* e a *ação* se fazendo pulsantes, de formas por vezes confusas, na realidade daqueles jovens.

Observou-se, também, que a tão propagada definição de condição juvenil, que se expressava em sua diversidade e tentando fugir de estereótipos já tão corriqueiros e que tanto engessa a identidade de jovem e/ou juventude. Aqui tentou-se construir um diálogo sobre o que se expressa por condição juvenil, usando Groppo (2000; 2004), Abramo (2004), Almeida (2009), Dayrell (2001), entre outros como referências, e sua relação com essa *condição humana* de Arendt (2007). Com disso, tenta-se chegar a uma definição do que venha a ser cidadania nas novas relações sociais contemporâneas, para tanto se utiliza demasiadamente um autor inglês, Paul Berry Clarke (1999), que traz em sua reflexão sobre cidadania todos os questionamentos relativos à sua pluralidade, autonomia e como isso se expressa no mundo.

Outra categoria que emergiu no contato com o público estudado foi a noção de território, não a que já costumeiramente tratamos, relacionando-o à noção de Estado-nação, mas território enquanto produtor de identidades e espaço de construção de relações sociais, onde as fronteiras que se gestam são exatamente aquelas que são frutos de uma cidadania *questionável*. Além de Clarke (1999), utilizo-me do pensamento geográfico sobre o tema, mas que estão em perfeito acordo com as definições plurais aqui destacadas. Souza (1994) trabalha especialmente essa noção de território como espaço de poder e autonomia, tendo a cidadania exercida nele como ponto chave para o seu desenvolvimento. Além dele, utilizo-me também do pensamento de Milton Santos (2007), que referencia no trato da à discussão sobre cidadania e espaço.

A estrutura pensada para este trabalho o dividiu em três partes, que tentarão se comunicar. O primeiro capítulo, e o mais “saboroso”, é o que se decida às experiências vividas e as descobertas empreendidas na construção do trabalho, que levaram à construção da metodologia utilizada e, por sua riqueza, considero ser interessante dedicar-lhes um espaço em separado. Nele apresento não só o percurso metodológico, mas o caminho de reconstrução do

objeto estudado, nossa relação em campo, além de informações sobre os entrevistados para o trabalho.

No segundo são trabalhadas as imagens, histórias e noções de território a partir da análise das entrevistas, e conversa constante com a teoria. Uma característica que tentei impor ao trabalho foi, partindo de uma concepção fenomenológica, fazer desde o início, um diálogo entre empiria e teoria. Ao passo que, não foi construído um capítulo específico para análise da pesquisa, mas essa se faz durante todo o trabalho.

No capítulo três, intitulado *Falando sobre cidadania e juventude: processos em eterna construção*, fora feito o diálogo entre o pensamento sobre a cidadania na contemporaneidade, suas implicações na relação entre o público e o privado em consonância com o que foi aferido em campo.

Por fim, a *Conclusão à deriva* tenta refletir sobre a relação entre a teoria apresentada e o material coletado em campo. Deixando claro que este, como qualquer investigação científica, não se fecha, não acaba aqui, pelo contrario. Esse é apenas mais uma passo em busca das repostas à perguntas que se renovam na dinâmica feroz da sociedade.

1. Refazendo passos, construindo sentidos: o eterno ir e vir da investigação científica.

O caminho percorrido pelo pesquisador para a construção de seu trabalho é o ponto alto de toda investigação. Isso porque o caminho feito por ele é repleto de chegadas e partidas, procuras incessantes sobre o pretense desconhecido e uma contínua desconstrução de certezas. Trata-se de um constante (re) conhecimento do sujeito-objeto e do sujeito-pesquisador. Caminho composto por palavras, silêncios, cores vivas e inebriantes. É um caminho composto por sentidos. Na busca por traduzir esse momento me reencontrei com Drummond, que em sua sábia simplicidade de poeta, traduz (para mim) a *Procura* do cientista

Procurar sem notícia, nos lugares
onde nunca passou;
inquirir, gente não, porém textura,
chamar à fala muros de nascença,
os que não são nem sabem, elementos
de uma composição estrangulada.

não renunciar, entre possíveis,
feitos de cimento do impossível,
e ao sol-menino opor a antiga busca,
e de tal modo revolver a morte
que ela caia em fragmentos, devolvendo
seus intatos reféns – e aquele volte.

venha igual a si mesmo, e ao tão-mudado,
que o interroga, insinue
a sigla de um armário cristalino,
além do qual, pascendo beatitudes,
os seres-bois completos, se transitem,
ou mugidoramente se abençoem.

Depois, colóquios instantâneos
liguem Amor, Conhecimento,
como fora de espaço e tempo hão de ligar-se,
e breves despedidas sem lenços e sem mãos
restaurem – para outros – na esplanada
o império do real, que não existe. (ANDRADE, 2009, p.18-19)

O caminhar do pesquisador se dará, sempre, em torno da busca por respostas às questões mais complexas postas na realidade. Complexas no sentido de não serem percebidas, como bem observa o poeta: “*chamar à fala muros de nasença/ os que não são nem sabem/ elementos de uma composição estrangulada*”. Esse é o grande desafio do pesquisador, montar o quebra cabeça da realidade, dessa “*composição estrangulada*”.

Para tanto, é necessário que o pesquisador possa estar munido de estratégias e formas eficazes de leitura(s) da realidade. A eficácia a que me refiro não se reporta ao rigor da busca da *grande verdade* na ciência, mas sim ao cuidado com a escolha do método que assegure uma leitura coerente dos fatos e sistematização clara do caminho percorrido. Isso se soma à ideia de que a(s) leitura(s), no plural, a qual me refiro, se apresentam de forma a entender que não há uma única explicação, visto toda a subjetividade e pluralidade encontradas no *real*. Entender, ou pelo menos, captar as variadas formas como essas questões complexas se apresentam na realidade, exige um exercício intelectual tanto de entendimento das categorias escolhidas para análise, como de escolha do método que melhor se adéqua ao que se quer pesquisar. Isso deve levar em conta, também, as características metodológicas do pesquisador, que deve se mostrar presente em cada traço de suas análises.

A escolha do método é a primeira grande busca do pesquisador. É o fazer científico que se coloca neste momento. A ciência é, por sua vez, “apenas uma forma de expressão dessa busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva” (MINAYO, 1994, p. 10). A ciência se apresenta como uma forma “não exclusiva”, justamente por não ser o único meio de desvelar a realidade e as relações humanas nela encontradas. Contudo, no mundo ocidental, “a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade” (IDEM).

Portanto, a aproximação com o método deve acontecer de forma a contemplar todas (ou quase todas) as formas de expressão do campo humano. Soma-se à ciência duas das formas de análise mais antigas sobre os significados da existência humana e seu cotidiano, falo da filosofia e da arte (MAINAYO, 1994). Estas, somadas à ciência, tentam dar conta das expressões e inexpressões contidas nas relações humanas e dos significados de suas ações no cotidiano.

1.1 A pesquisa e o método: partes que se completam

Entende-se que a pesquisa é o instrumental fundante do processo de construção do conhecimento. É a partir dela que buscamos compreender e conhecer a realidade. Tendo em vista que esta só será apreendida a partir do conhecimento e leitura do chamado *espaço de possíveis* (Bourdier, 2005). É nesse espaço, do real, que se dão as relações e inter-relações sociais, é nele que as teias relacionais e de poder se expressam. Assim, é nesse exercício de construção do conhecimento que técnica e arte se unem para explorar o dito e o não dito pela realidade.

Neste sentido, a opção pela pesquisa qualitativa nesse trabalho é, em sua essência, imprescindível para a análise dos dados. Quando tratamos da análise referente ao mundo social, a fatos humanos, a pesquisa qualitativa consegue abordar toda a compreensão das particularidades que se quer investigar.

(...) os fenômenos que não prestam a uma fácil quantificação são os mais apropriados para serem analisados pelos métodos e procedimentos da pesquisa qualitativa que, diferentemente da pesquisa quantitativa, "busca uma compreensão particular daquilo que estuda... ela não se preocupa com generalizações, princípios e leis... o foco da atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão." (COLTRO, 2000, p. 38).

Para se chegar à compreensão dessas particularidades há de se empreender um método, escolher aquele que venha a responder melhor às indagações feitas pelo pesquisador e possa desvelar a realidade investigada. Dito isto, a escolha feita neste momento é pelo método fenomenológico de

investigação. Este se configura não com um ou o método, mas uma postura ante a realidade e relações humanas inerentes à pesquisa. Ela é uma forma de produzir conhecimento científico no que há de mais subjetivo, que são as esferas humanas. Esse método permite que se faça um exercício de abertura para a compreensão do humano, livre de preconceções, de conceitos apriorísticos (Coltro, 2000; Sokolowski, 2004). Mas há de se ter a compreensão, também, que o pesquisador é um ser construído histórico e socialmente e garantir que suas vivências e conhecimentos preestabelecidos não irão influir no trabalho científico é contribuir com a falácia da imparcialidade na ciência, especialmente em se tratando de ciências humanas.

No método fenomenológico o ser humano não é objeto, visto suas relações e reações complexas e transitórias, desta forma Coltro (2000) aponta para o fato de esta se caracterizar não por uma relação sujeito-objeto, mas de sujeito-sujeito.

A fenomenologia se caracteriza como sendo o estudo das essências, desta forma, promove o isolamento do fenômeno dentro de seu contexto, o estudo permite o questionamento de pressupostos tidos como naturais, expõe-se o mundo vivido, sem análises ou descrições, mas experienciando o universo tal qual ele se apresenta. Segundo Coltro apud Husserl, 2000, “todo o universo da ciência (social) é construída sobre o mundo vivido, a fenomenologia tenta trazer as ideias básicas e depois esclarecê-las”. É uma compreensão voltada ao que se percebe e vive.

Dentro das análises feitas, a fenomenologia se estrutura de três formas que, de acordo com Sokolowski (2000), aparecem de forma constante e, entendendo sua presença e função, tornamos a análise mais compreensível

Se estivermos conscientes dessas formas, será mais fácil entender o que ocorre numa passagem particular ou no desenvolvimento de um tema particular. As três formas são (a) a estrutura de *partes e todos*, (b) a estrutura de *identidade numa multiplicidade*, e (c) a estrutura de *presença e ausência*. As três estão inter-relacionadas, mas não podem ser reduzidas uma à outra. (SOKOLOWSKI, 2004, p. 31)

As três formas apresentadas por Sokolowski traduzem o que creio ser a essência da análise fenomenológica. E expressa o que Benevides (2008), acredita ser o primeiro passo para a investigação: saber que o pesquisador é o

primeiro objeto de sua pesquisa (Benevides apud Barus-Michel, 2008). Reconhecer-se como parte do processo de investigação é importante para conhecermos nossos limites e possibilidades, além de construir a consciência de que a realidade que se quer desvelar não se constitui fora do ser que pesquisa, mas acaba se mostrando como um momento importante de construção da identidade do sujeito que pesquisa e do que é pesquisado.

Duvido que qualquer pesquisador possa afirmar com total convicção que seu trabalho não é a *priori* e a *posteriori* para si. Isto não significa a caracterização de uma atitude meramente egocêntrica, no sentido da ausência de distinção entre a realidade pessoal e a realidade objetiva, ou de uma atitude ingênua, onde prevaleçam as crenças em certezas subjetivas. Em outras palavras, parece-me necessário, antes de mais nada, desconfiar de si para desconfiar dos outros e colocar limites naquilo que representam nossos sentimentos e angústias. (BENEVIDES, 2008, p. 23)

Portanto, a escolha do método é muito mais do que só uma fórmula capaz de guiar o caminho a percorrer. É, sobretudo, o reflexo das escolhas feitas pelo sujeito-pesquisador durante sua longa caminhada, iniciada muito antes do conhecimento do sujeito-objeto. E é esta caminhada que vai permitir, ou melhor, definir o tipo de relação que será construída com o objeto estudado. E, tendo em vista a perspectiva da estruturação formal na fenomenologia, há de se convir que a estrutura de *partes* e *todos* justifica a ideia de que os significados apreendidos durante a trajetória do pesquisador não se apresentam isoladamente, pelo contrário, pois todo conhecimento só é possível na integração sujeito-objeto (Benevides, 2008).

Exposto isto, o método fenomenológico-hermenêutico se propõe a uma reflexão contínua “sobre a importância, validade e finalidade dos questionamentos, indagações e respostas obtidas” (Coltro, 2000, p. 40) na integração proposta (sujeito-objeto). Configura-se como uma interpretação aberta a outras interpretações.

O enfoque [fenomenológico-hermenêutico] furta-se à validação do já conceituado, sem prévia reflexão e volta-se para o não pensado, através de uma reflexão exaustiva sobre o objeto do seu estudo, denunciando os pressupostos subjacentes. (COLTRO apud MASINI, 2000, p. 39).

Este método permite uma reflexão acerca do objeto ou sujeito-objeto estudado, em que a essa reflexão soma-se a possibilidade de agregar atos e

pensamentos não só do estudado, mas de quem estuda. É o ato de compreender, interpretar e obter uma nova compreensão acerca da realidade observada. O que se percebe não são os fatos em si, mas seus significados.

Desta forma, utiliza-se como uma das técnicas, a observação participante, que se faz um instrumento importante nessa tentativa de apreender melhor as expressões do mundo social e suas relações.

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável na vida real. (MINAYO [org.], 1994, p. 59-60)

A observação participante é, por conseguinte, um dos principais instrumentos a serem utilizados para concretizar o propósito estabelecido pelo método fenomenológico-hermenêutico, em que o ato de refletir sobre a subjetividade apresentada pela realidade estudada se coloca como o grande desafio para o pesquisador. Em ciências humanas, não há como tentar compreender o ser humano e suas relações sem fazer o mínimo exercício de aproximação. Se envolver na realidade estudada sem comprometer a cientificidade dos dados coletados é o grande desafio, mas necessário na compreensão do real.

Assim, ao entrarmos na atitude fenomenológica, compreendemos que na reflexão

(...) não restringimos nosso foco apenas ao lado subjetivo da consciência; não focalizamos somente nas intencionalidades. Também focalizamos nos objetos que são dados para nós, mas os focalizamos como aparecem para nós em nossa atitude natural. (SOKOLOWSKI, 2004, p. 59)

E foi justamente na aproximação com o sujeito-objeto da pesquisa que foi sentida a necessidade de se descobrir qual a relação entre cidadania e juventude, ou melhor, como a juventude se percebe enquanto cidadão dentro de um contexto que se apresenta, historicamente, cerceado dos direitos cabíveis à condição relativas à cidadania. Essa é uma observação que se faz com base em dados sobre a realidade social da região em que se desenvolveu a pesquisa.

Estes dados, além da produção já existente sobre o *território*² estudado, foram levantados com a ajuda de outra técnica de pesquisa: a entrevista semiestruturada. Esta se configura como sendo um instrumento em que o pesquisador tem o controle sobre as informações que quer levantar, mas sem prejudicar a liberdade do pesquisado de informar além do que se projeta na entrevista. Para isto, é necessário o conhecimento prévio sobre o que será levantado e perspicácia para saber o que é passado pelo interlocutor, tanto pela linguagem falada como por outras formas de comunicação, até mesmo a inexistência da dela, e isso se dá em consonância com as observações já empreendidas.

Desta forma, desenhou-se o seguinte quadro para a pesquisa:

QUADRO 1

PÚBLICO PESQUISADO	ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	INSTRUMENTAL DE PESQUISA
JOVENS DE 15 A 29 ANOS.	Pesquisa participativa e análise de conteúdo.	Rodas de conversa e entrevista semiestruturada.

O público pesquisado foi escolhido por já fazerem parte do projeto que serviu como porta de entrada para a coleta dos primeiros dados. Além disso, o tema juventude já vem sendo explorado há algum tempo, tendo a pesquisadora bastante intimidade e empatia com o assunto.

O projeto aqui mencionado que serviu como porta de entrada para a pesquisa trata-se do PROTEJO³, projeto pertencente às ações do Território de

² Usualmente falamos de campo, lugar da pesquisa. Neste trabalho utilizarei o termo território por vários motivos, dentre eles a própria circunstância de escolha do lugar onde se daria a investigação. O Grande Bom Jardim fora o local escolhido para ser o 1º território de paz em Fortaleza. A discussão sobre o significado de território e sua utilização nesse contexto será feita no 3º capítulo do trabalho.

³ Programa de Proteção a Jovens em Território de Vulnerabilidade. É um projeto vinculado às ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), responsável pela implantação do Território de Paz. Em cada cidade em que foi desenvolvido o PROTEJO adquiriu uma característica particular. No caso de Fortaleza, esse projeto realizado pela equipe técnica do Núcleo de Pesquisas Sociais da UECE – NUPES elegeu como prioridade o desenvolvimento da arte-educação como forma de trabalhar a noção de cidadania com os jovens do território atendido.

Paz em Fortaleza⁴. A faixa etária dos jovens atendidos pelo projeto dispunha-se entre os 15 e 25 anos, porém, para a pesquisa, alargou-se essa faixa de idade até os 29 anos, tendo em vista que esse é o limite etário para o que se concebe como juventude, dentro dos parâmetros legais vigentes no país⁵. Não há um consenso entre pesquisadores e entidades que tratam do assunto sobre as delimitações (etárias) entre infância, adolescência e juventude. Há definições, dentro das visões sociológicas e psicológicas sobre os comportamentos de cada fase. Porém, para delimitar público a ser pesquisado há de se ater em algo fixo, como a idade. Deste modo, usou-se a delimitação de 15 a 29 anos, por ser a praticada pela Secretaria Nacional de Juventude como faixa etária pertencente a essa categoria e passível de ações referentes às políticas pensadas para o referido público. Além disso, esse alargamento contempla uma pluralidade maior de vivências, opiniões e conceitos sobre o que na sociologia se apresenta como *juventudes*⁶, no plural.

Destarte, há que ficar claro que o PROTEJO não se configura como o foco do estudo. Na verdade ele foi o primeiro contato com aquilo que acabou por se desenhar como o grande objeto desta investigação: as *juventudes* do GBJ e sua percepção sobre a sua condição de cidadão em seu território. O referido projeto trabalhava em uma perspectiva de inclusão cidadã de jovens em situação de risco e vulnerabilidade sociais⁷, em especial os egressos do sistema socioeducativo. Porém, na seleção dos participantes do projeto, o universo foi para além dos egressos do sistema de socioeducação, o que

⁴ O primeiro Território de Paz em Fortaleza localizou-se no Grande Bom Jardim, e era composto por cinco bairros: o Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho. Foi instalado no dia 1º de dezembro de 2009, na Praça Central da Granja Portugal. Seu intuito era de implementar, simultaneamente, ações de prevenção e repressão à violência para reforçar a segurança na comunidade do Grande Bom Jardim. (Guarda Municipal de Fortaleza, <http://www.fortaleza.ce.gov.br/gmf/>, acesso em 07/07/2011).

⁵ No momento da construção deste trabalho estava em processo de votação no Senado Federal o Estatuto da Juventude. Nele, reconhece-se enquanto jovem aquele pertencente a faixa etária entre os 15 e 29 anos, e toda política pública pensada para esse público deve atingir essa faixa de idade.

⁶ O conceito e juventude e *juventudes* será trabalhado nos demais capítulos.

⁷ Por risco/vulnerabilidade social entende-se que seja o maior ou menor grau que o indivíduo tem de conduzir ou manter seu bem-estar sob posse ou controle de ativos, que são constituídos por recursos provenientes do Estado, mercado ou sociedade. (KATZMAN, 1999).

contribuiu de forma substancial para o enriquecimento das primeiras informações colhidas em campo, fazendo com que tomasse corpo os objetivos do trabalho ora apresentado.

1.2 Descobrimdo o campo: coletando dados e (re) conhecendo a história dos sujeitos

Antes de qualquer ação em campo (no que se refere à pesquisa: observação participante e entrevistas, no caso deste trabalho), se faz necessário ao pesquisador o mínimo de conhecimento prévio da realidade na qual se pretende aventurar. Nesse caso refiro-me ao que concerne à história do lugar, dados estatísticos sobre população e todas as variáveis sociais ali existentes. Ao escolher a região do Grande Bom Jardim como *território* a ser pesquisado, não foi necessário muito trabalho para se achar os primeiros relatos e “causos” sobre o local. O exercício de busca pelo conhecimento sobre a realidade local foi facilitado pelo fato de este ser um *território* extremamente explorado por pesquisadores e cientistas sociais locais e com uma visibilidade tremenda no que diz respeito às notícias sobre seu cotidiano. Isso, sem dúvida, facilitou o início do trabalho de campo e a coleta de materiais para a pesquisa, mas, em momento algum, tirou a complexidade e o desafio de compreender esse *território* único, chamado Grande Bom Jardim.

A região ou *território* do GBJ está localizado dentro da área de atuação administrativa da Secretaria Regional V⁸. Um dado importante sobre a SERV e de grande relevância para nosso estudo, é que esta se caracteriza como sendo a regional mais jovem da cidade de Fortaleza. De acordo com dados apresentados sobre esta região, no que se refere às características de sua população, há uma significativa predominância de jovens na faixa etária até os 20 anos de idade, correspondendo a 44% da população⁹. Um número de

⁸ Divisões administrativas da cidade de Fortaleza.

⁹ Esses dados fazem parte da pesquisa intitulada “Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza, Perfil da SERV”, realizada pelo Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará; Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência/UECE; Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará. Optou-se por utilizar dados anteriores às atualizações do

extrema importância e que serve de alerta para a elaboração de possíveis políticas públicas a serem priorizadas para essa regional.

Apesar de esta divisão administrativa compreender 18 bairros da capital, a pesquisa se restringiu aos bairros pertencentes ao que se denomina Grande Bom Jardim. Os bairros que fizeram parte da pesquisa são os mesmos que foram contemplados com as ações do projeto Territórios de Paz. Como já foi dito, a entrada no território se deu através desse projeto e foi ele também quem possibilitou à pesquisa o contato com os primeiros subsídios para a construção das análises. Os bairros pertencentes à pesquisa são: **Granja Portugal, Granja Lisboa, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira**. Todos eles apresentam características semelhantes no que diz respeito à constituição territorial, populacional, história das lutas populares e dilemas sociais do cotidiano. Interessante foi a constatação de que as fronteiras entre os bairros, na prática, inexistem. Dependendo da proximidade (por exemplo: Bom Jardim, Granja Portugal e Granja Lisboa são bem próximos) as pessoas não reconhecem o bairro, mas o *território* que vivem. Muito presente nos discursos proferidos nas entrevistas e, mesmo na vivência com outras pessoas da comunidade durante a observação participante, é o fato de que as pessoas desses três bairros vizinhos reconhecem-se como pertencentes ao Bom Jardim. Se perguntado sobre bairro, lugar onde vive a resposta é o Bom Jardim, *território*. Podemos perceber isso na fala de uma das jovens entrevistadas, que se identifica como moradora de um determinado bairro e se utiliza de equipamentos de outro, mas se reconhece como do Grande Bom Jardim.

- O que é que tem aqui, me diz quais são as coisas que têm aqui no seu bairro.

De bom?

- De bom, de ruim...

Assim, o Centro Cultural, que tem curso pra comunidade, tem o sítio Betesda também, tem mercearia, lógico. Tem pouca coisa, assim, de... como é que eu posso dizer? Ah, tem também o Circo Escola, o ABC Circo Escola.

- Mas ali já é Bom Jardim, não é?

Censo 2010 do IBGE, por este não ter divulgado, no momento de escrita do trabalho, dados completos e específicos que pudessem colaborar com as análises empreendidas nesta pesquisa. Portanto, os dados aqui contidos são relativos a todo levantamento anterior ao Censo 2010.

Porque, é assim, tipo, o Graande Bom Jardim, ai envolve tudo, é bem aqui pertinho. Aqui é Granja Portugal, duas ruas depois é Bom Jardim. Duas ruas depois, ali... eu moro aqui na Granja e meu pai mora no Bom Jardim, por questão de ruas.

- Ah, ta. Então é tudo junto numa coisa só?

Tudo junto e misturado.

- Ah, então vocês acabam entendendo como sendo de vocês também?

Isso. (Entrevista jovem, 22 anos, moradora da Granja Portugal).

Isto é o que nos faz pensar e falar sobre a história do *território* e não de um bairro em si. Até porque, a constituição territorial e populacional de todos é bem parecida. Durante o período de execução do PROTEJO foi elaborado um instrumental de reconhecimento do território e aproximação com a realidade dos jovens denominada “O Mapa”. Houve a percepção que *saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção* (FREIRE, 1996). Foi a partir deste pensamento que se construiu o referido instrumental. Ele tinha por objetivo fazer com que, através de um objeto simples – o mapa do bairro – os jovens pudessem refletir sobre seu lugar, resgatando sua história, conhecendo seus limites territoriais e percebendo sua ligação com a cidade, conhecendo seus direitos e, por conseguinte, participando da preservação do seu lugar e da construção de novas conquistas. Além disso, ele foi o primeiro grande passo dado pelos educadores no sentido de conhecer melhor o lugar onde se trabalhava e a história do seu povo, item fundamental na construção do conhecimento, visto que este não se dá fora da realidade vivida, mas é fruto de todas as experiências vivenciadas pelos indivíduos que ensinam e aprendem, simultaneamente.

O trabalho teve início com o autoconhecimento juntamente com a percepção conjunta (jovens e educadores) do bairro. O objetivo era gerar nos participantes um desejo pelo conhecimento do seu bairro somando a isso o conhecimento sobre sua cidade. Fazendo com que os mesmos pudessem, a partir do seu território, vivenciar uma percepção crítica dos espaços vividos no cotidiano. Instigando nos participantes uma discussão de como o espaço intervém e faz parte da formação da identidade de um grupo e como este dialoga com a subjetividade dos sujeitos. Em seguida houve um levantamento

detalhado dos serviços oferecidos para a população do bairro, juntamente com as opções de lazer para os jovens. Com isso se buscou conhecer as potencialidades e dificuldades encontradas no território acerca dos serviços básicos para a população e, em especial, para os jovens que ali habitavam, trazendo para a discussão o papel da participação de cada um e cada uma na construção de um espaço digno de sociabilidade. Todas as atividades relacionadas ao Mapa foram desenvolvidas em um período de um mês, tendo como prioridade a participação dos jovens na construção e desenvolvimento das ações e reflexões empreendidas.

Para dar início às atividades foi utilizado o mapa oficial da região trabalhada (no caso, como eram cinco bairros, cada um teve o seu mapa específico¹⁰), apresentando os limites territoriais e provocando a reflexão acerca do que é o bairro oficial (em termos de limite territorial oficial reconhecido pela prefeitura) e o bairro que eles, jovens, conhecem. Com isso, deu-se início a outro tipo de percepção sobre o bairro e até mesmo conhecimento de elementos não perceptíveis no dia a dia dos jovens. Concomitante a isso se deu a entrada dos educadores no território, não no sentido de apresentar-se aos educandos, mas de conhecer e entender o local em que se trabalha e estar sensível às contribuições que o educando traria para sala de aula como reflexo do seu cotidiano. Passo aqui em uma discussão necessária ao fazer pedagógico: entender que *o ensinar não se dá pela transferência de conhecimento*, mas sim pela troca, e que todas as trocas serão consequências de conhecimentos prévios, intrínsecos à formação social de educando e educador.

Em sua *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire defende que

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido. (FREIRE, pg. 47, 1996).

¹⁰ O mapa dos cinco bairros está contido nos anexos deste trabalho.

Através desta técnica foi possível à pesquisa identificar como se comportavam/viviam os jovens dessa região, no que diz respeito ao lazer, mobilidade¹¹ e acesso aos serviços públicos. Serviu de fonte para que fosse elaborado um questionário¹² de entrevista que aprofundasse questões postas com uma maior complexidade, como fora o caso da violência¹³. Portanto, a observação participante se colocou como o grande passo para adentrar na complexa realidade do território pesquisado e, somada às demais técnicas de pesquisa, ofereceu subsídios para que se construísse, ou melhor, se consolidasse o objeto a ser pesquisado.

Além da construção do mapa, outro instrumental que auxiliou bastante a pesquisa foi a “Construção do Jovem”. Ele ajudou no entendimento de como os jovens se percebiam e o que pensavam sobre eles, tanto os que vivem no território como outros jovens de outros lugares/territórios. Ele indicava as primeiras respostas sobre aquilo que começava a se configurar como a grande pergunta da pesquisa: *Como os jovens do Grande Bom Jardim percebem o papel das juventudes no contexto da periferia de Fortaleza?*

Quem é o jovem da periferia? Como se dá a sua sociabilidade? Quais espaços eles ocupam? Como ele participa (se participa) da vida da comunidade? Como ele transforma (se transforma) o seu território? E como ele é visto por seus iguais e como ele acha que é visto por outras pessoas (adultos)? Estas e outras indagações foram sendo construídas quase que concomitantes à construção do boneco¹⁴. Essas perguntas são, na verdade, a

¹¹ Mobilidade é um assunto em especial que se desenvolverá no capítulo que se refere ao território.

¹² O questionário encontra-se nos anexos do trabalho.

¹³ O assunto violência foi bastante citado durante as entrevistas, principalmente quando os jovens eram indagados sobre as características do seu território e sobre os jovens viventes nele. Por isso, foi necessário dedicar um espaço especial para a discussão sobre o assunto que permeia as duas temáticas que se seguem neste trabalho, quais sejam: cidadania e território. Por tanto, este será um assunto desmembrado em análises tanto sobre o território como sobre cidadania e estará presente em todo o trabalho.

¹⁴ Na atividade os jovens desenharam um boneco representando um jovem em tamanho natural. O mesmo foi dividido em duas partes: o jovem bom e o jovem mal. Essa divisão maniqueísta foi feita pelos próprios jovens, que acharam necessário a divisão para esclarecer quais os tipos de jovens existiam/existem entre eles.

reflexão ou expressão das discussões estabelecidas em torno do significado colocado pelos próprios jovens do que seja o *jovem bom* e o *jovem mal*.

Essa foi uma divisão feita pelos jovens e que reflete um pensamento da sociedade sobre a juventude, no que diz respeito a padrões de comportamento e formas de aceitação/participação na sociedade. Claro que vários sentidos foram atribuídos ao chamado “bom” e “mal”, mas alguns foram evidenciados e somaram-se às análises feitas durante toda a pesquisa, percorrendo um caminho e fazendo descobertas bem interessantes. A percepção do jovem enquanto um ser “mal” está bem próximo da concepção que reina na sociedade da juventude enquanto um “problema social”.

Em nossa sociedade, a categoria “jovem” tornou-se um “problema social”. A juventude, principalmente a adolescência, é concebida como um momento de crise, irresponsabilidade, rebeldia. O jovem é representado como potencialmente perigoso e, como aponta Abramo (1997), nas matérias veiculadas nos meios de comunicação, costuma ser associado a outros “problemas sociais”, como a violência, exploração sexual, o uso de drogas e a gravidez precoce. (PICOLLO, pag. 110, 2010).

Este é um discurso forte impetrado na sociedade e que ecoa através das visões dos jovens sobre eles próprios. A hipótese levantada por Foucault sobre o discurso é de que

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, pags. 8 e 9, 2009).

Um dos “procedimentos” poderosos de produção do discurso sobre o jovem “mal” ou da juventude enquanto “problema social”, é a mídia. Durante as entrevistas realizadas em campo e mesmo nas atividades relacionadas à construção do jovem e do mapa, a citação da mídia como um instrumento de propagação de visões, no mínimo pessimistas, com relação ao *território* e aos jovens que nele habitam, foi um constante. Como podemos observar em uma das falas dos entrevistados.

(...) Assim, porque o nosso bairro é muito visto como perigoso, aqui, o Bom Jardim, quando fala do Bom Jardim... ‘ah, gente, vamos aqui, mas é lá no Bom Jardim’. Ai o povo: ‘ah, no Bom Jardim?!’. Entendeu? Ai vê muito assim, porque os adolescentes de lá são muito assim. Porque é muito perigoso, o povo fala. ‘Ah, os jovens de

lá vão assaltar a gente'. Então eles vêm assim, como um bando de adolescentezinho que vão assaltar a gente, mal educado.
- E o que é que você acha disso? Concorda?
Não, não concordo, porque não são todos.
- E por que você acha que eles falam isso?
Porque eles vêm, né. Na televisão passa muito, Bom Jardim, Bom Jardim, entendeu? E aí a pessoa passa, vê e eles falam, né.
(Entrevista jovem 15 anos, moradora do Bom Jardim).

É de fundamental importância relatar que as entrevistas, feitas com a ajuda de um questionário elaborado a partir das vivências proporcionadas pela observação participante, se configurou como o momento de confirmação e aprofundamento das observações empreendidas. Para tanto, se utilizou da análise de conteúdo para construir o diálogo necessário entre a teoria e a realidade apreendida em campo. A análise de conteúdo

Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou idéias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor. É um tipo de análise de comunicação que pretende garantir a imparcialidade objetiva, socorrendo-se da quantificação das unidades do texto claramente definidas, para gerar resultados quantificáveis ou estabelecer a frequência estatística das unidades de significado. (CHIZZOTTI, pag. 114, 2006).

A partir das análises empreendidas, novos horizontes se apresentaram ao trabalho no que diz respeito à construção da ideia de território e cidadania. A ligação dessas duas categorias à outra que se apresenta como a centralidade do trabalho, a juventude, se deu através de palavras chaves observadas nas análises das entrevistas, tais como: *violência, imagem, família, amigos e identidade*. Estas palavras/categorias foram responsáveis pelo entendimento ou construção do entendimento do que se apresentava e se apresenta como território e cidadania para os jovens do Grande Bom Jardim.

Desta forma, a análise não se dará em um capítulo específico ou terá uma parte dedicada somente a ela no trabalho, será feito de forma a dialogar com as categorias centrais, assim como foi a relação entre teoria e empiria em todo o processo de construção do trabalho. Portanto, o esforço aqui será de solidificar nas linhas do trabalho o eterno ir e vir entre empiria e teoria, essa relação que se apresenta com laços tão fortes que, como diz o poeta, são *colóquios instantâneos que ligam amor, conhecimento*. É a realidade em conversa constante com o pensamento.

2. Histórias, imagens e os não limites de um território - O Grande Bom Jardim, “o meu lugar”.

Analisar o comportamento, pensamento e ações de pessoas de um dado lugar é falar, necessariamente, do *seu lugar*. Desta forma, se faz imprescindível

para o presente estudo analisar de forma conjunta não só os hábitos, como também a constituição histórico social do GBJ, o que nos levará a compreender de forma mais concisa certas colocações a respeito da ligação entre identidade e território, apontado pelos jovens no processo de investigação do trabalho.

O que faz a região não é o espaço, mas o tempo, o traçado das relações de forças no tempo, ou seja, a história. Até mesmo as “paisagens” ou os “solos”, tão caros aos geógrafos, não passam de heranças, isto é, produtos históricos de determinantes sociais. (ALMEIDA; FERREIRA, pag. 124, 2008).

O que o *território* nos mostra ser hoje não é um fato isolado no tempo, ao contrário, é reflexo do desenvolvimento das relações sociais construídas ao longo de sua história. No caso do GBJ, uma história recente. O povoamento do espaço hoje reconhecido como GBJ iniciou em meados da década de 1970. O processo de aglomeração¹⁵ no *território* em questão se deu de forma muito parecido ao de boa parte da periferia da capital cearense, aliás, processo semelhante a de todas as capitais brasileiras, onde prevalecem histórias relacionadas ao afastamento da população mais pobre do centro das cidades ou a migração proveniente do interior¹⁶ das unidades da federação.

2.1 A história e seus contrastes: do verde ao cinza se constituiu o *Bom Jardim*.

Ao questionarmos sobre o porquê do nome do bairro (ou do território) ser *Bom Jardim* todos enfatizam o fato de que outrora esta fora uma região composta por grandes sítios, uma área verde considerável, com predomínio de propriedades rurais. O bairro Granja Portugal, por exemplo, foi denominado assim por abrigar, em seus primórdios, uma granja, além de algumas vacarias¹⁷. Esse espaço rural composto por sítios começou a ser vendido a partir da década de 1950 (PAIVA, 2008).

¹⁵ Utilizo-me do termo aglomeração por tratar-se de uma ocupação territorial sem prévio planejamento e sem qualquer tipo de organização territorial.

¹⁶ Lugares mais afastados dos grandes centros urbanos.

¹⁷ Uma dessas vacarias ainda persiste, porém abandonada. O espaço hoje serve como local de lazer dos meninos do bairro, por ter uma área grande de terra batida, os jovens do bairro a utilizam para jogar futebol e está inserida oficiosamente como espaço de lazer da juventude do bairro.

Muitos destes imóveis foram comprados pela Caixa Econômica Federal, que construiu casas a preços populares, com o objetivo de atender às novas demandas populacionais da cidade de Fortaleza, enquanto outros foram adquiridos por imobiliárias e por pessoas com interesse em construir seu imóvel em uma região que, segundo os moradores antigos, era muito calma e tranquila. (PAIVA, pag. 234, 2008).

A partir desse momento observamos um processo de ocupação que, já na década de 1970, apresenta as demandas surgidas em conjunto com as deficiências habitacionais de Fortaleza. É a partir dessa década, também, que se intensificam as ocupações irregulares, que podem ser observadas até hoje nesta região, junto a ela observamos a degradação do verde local, que deu origem ao nome. O que percebemos hoje é um emaranhado de concreto, somado ao asfalto (onde tem) e/ou o calçamento desordenado. A ocupação desregrada do espaço conhecido como GBJ fez surgir internamente vários territórios distintos. Não são novos bairros, ou ruas, ou comunidades, são *territórios*, usado em seu sentido clássico.

As ocupações se integram ao Bairro como formas sociais que não existem apenas no plano físico, mas passam também a atuar no sistema de identificação local dos moradores, cuja pertença a estas localidades torna-se uma qualidade distintiva dos esquemas de conhecimento e reconhecimento pertinentes ao Bairro. Estes esquemas criam modelos de relacionamentos constitutivos de ações de aproximação e distanciamento que nutrem formas de sociabilidade e conflitualidades inerentes ao local. No Bom Jardim, a ocupação territorial contribui de modo singular para a formação de identidades locais fundadas em representações do tipo “o pessoal lá do Pantanal”, “o pessoal lá do Marrocos”. Enfim, as ocupações territoriais se tornam, no plano simbólico, elementos de distinção social que implicam os modos de ver o outro com o qual se convive ou não no interior do Bairro. (PAIVA, pags. 235 e 236, 2008).

Vários foram os sentidos dados à concepção de *território* durante o processo de coleta de dados para o trabalho. O que se percebeu nos discursos foi a noção de uma espécie de formação interna de um *outro território*, tanto no que diz respeito ao olhar de pessoas de outros bairros (isso na visão dos entrevistados), como a vivência das juventudes moradoras do próprio GBJ. Dentro de um mesmo bairro há uma noção de estratificação social que extrapola a questão do direito ou acesso à bens materiais e/ou sociais, no caso dos jovens essa separação, demarcação de território se dá pela imagem. O lugar ao qual se pertence é marcado pela forma de se vestir, isso fora constatado nas entrevistas, mas foi durante a ida à campo que se mostrou de forma bem interessante.

Tem uma coisa que, em poucas entrevistas, já pude perceber o quanto é intrínseca à realidade da qual me aproximo. Falo da imagem do jovem. Atentei para isso quando, ao esperar o ônibus para ir a mais uma entrevista, ouvi o diálogo de dois jovens que estavam na fila. Eles falavam sobre a forma como se vestiam outros jovens que transitavam pelo terminal. A menina fala para o colega: “olha, aquele povo ali é da favela”; O amigo interrogou: “como você sabe?”; Ela fala: “olha o jeito como eles se vestem!”; E o menino indagou: “mas você também mora na favela, né?”; E ela: “moro, mas não sou assim. E lá é e não é favela, é melhorzinho. Eu não sou assim”. (DIÁRIO DE CAMPO, Fortaleza 06/12/2011)

Aqui percebemos dois *territórios* distintos no que se refere ao *ser* de seus habitantes. Os jovens moram no mesmo espaço territorial, o GBJ, mas há os jovens da favela, que se apresentam esteticamente de uma forma e os que não são da favela, são do lugar “melhorzinho”, que se vestem como os jovens do “bem”, como fora dito por alguns jovens na atividade do boneco¹⁸ e a construção do jovem. Aqui, os limites territoriais passam a ser construídos e delimitados pelas identidades atribuídas a cada grupo, cada tribo, e todos dentro de um único espaço, mas refletindo diversas identidades, variadas formas de interagir entre si e com o mundo.

Com isso, não só o discurso, mas também o espaço tornam-se varáveis fundamentais na constituição das identidades, especialmente para a juventude, uma vez que aciona mecanismos de pertencimento a um grupo e a um espaço determinado. (ALMEIDA, pag 98, 2009)

Neste sentido, podemos fazer uma alusão ao conceito clássico de território, para melhor analisarmos o contexto apresentado, principalmente no que se refere às separações feitas pelas identidades.

Ao falarmos, usualmente, de território logo fazemos a interlocução, quase que mecânica, entre o seu significado e o conceito de Estado-nação. Isto se dá pela conceituação jurídica que se convencionou a ter sobre esse assunto na sociedade moderna.

Segundo a compreensão moderna, “Estado” é um conceito definido juridicamente: do ponto de vista objetivo, refere-se a um poder estatal soberano, tanto interna quanto externamente; quanto ao espaço, refere-se a uma área claramente delimitada, o território do Estado; e socialmente refere-se ao conjunto de seus integrantes, o povo do Estado. (HABERMAS, pags. 129 e 130, 2007).

¹⁸ Apresentado já no primeiro capítulo do trabalho.

Essa noção encarrega-se também de aferir sentido ao que se denomina cidadão de um Estado-nação. Este, assim o é, ao pertencer a um determinado Estado que é delimitado por um território que lhes confere identidades de formação comum a todos: língua, história e cultura (HABERMAS, 2007).

A ideia de nação, inaugurada pela criação da república democrática, permitiu a abertura ou, como Habermas coloca, uma “auto compreensão” do que se constitui por uma sociedade de cidadãos de participação política ativa. Porém, este ativismo político é constituído a partir de normas jurídicas, dos “contratos sociais” estabelecidos entre os sujeitos deste novo conceito de território: o Estado. A cidadania concedida juridicamente é, desta forma, um meio para se alcançar a coesão identitária de um dado território e consolida a soberania do Estado.

É com o Estado democrático de direito que esses cidadãos passam a ocupar a posição de “participantes do exercício da autoridade política”, outrora inexistente. As concessões jurídicas que caracterizam a noção de cidadão no Estado moderno nos leva a defender a ideia de que essa cidadania se apresenta tão somente de forma *passiva*.

Mesmo com este carácter passivo, esse direito à cidadania traz consigo a ideia de autonomia, privada e política, de cada ente do Estado. Isso se deve à retomada da noção de democracia, só que moldada aos interesses que prevalecem no Estado liberal. A autonomia expressa nos direitos do cidadão se faz por conta da necessária manutenção da individualidade de cada um; esta, por sua vez, não se traduz no carácter de identidade do sujeito, mas na definição de garantia dos bens privados de cada cidadão.

Através do *contrato social* firmado entre os cidadãos de uma dada sociedade, se consegue manter a coesão necessária ao domínio territorial soberano do Estado. Isso se constrói, também, através da propagação do discurso sobre o que vem a ser definido como *nação*. O sentimento “nacional” estabelecido entre os cidadãos permite pacificar e unir o território agora governado, e legitima jurídico e culturalmente o Estado instaurado.

Essa noção pormenorizada de território acarreta constantes divisões humanas, o que leva a conflitos, gera xenofobia e desperta a intolerância entre membros de um determinado território que não reconhecem pessoas advindas de outros territórios como cidadãos. Percebemos isso nas reações violentas em relação a imigrantes tanto na Europa como na América do Norte. E se fizéssemos uma analogia, é o que percebemos hoje no *território* aqui estudado, o GBJ.

Na intenção de promover a coesão no seu território, a concepção de direito de pertença a um Estado acabou por gerar uma cisão entre o que poderíamos chamar de cidadãos do mundo. Esta cisão é percebida tanto nas dimensões macro como nas micro divisões territoriais, provocando uma espécie de divisão de *classes de cidadãos de um mesmo território* (HABERMAS, 2007).

Isto se dá, justamente, pela negação das pluralidades existentes em um mesmo território, o que leva a uma falsa ideia de homogeneidade de cultura e tradições. A formação da sociedade e do território brasileiro é a expressão maior dessa diversidade de singularidades existentes em um único espaço territorial. Na verdade, são espaços territoriais que tentam se mostrar como unos, sem de fato conseguir ser. São discursos, muitas vezes advindos de imposições, que tentam homogeneizar uma identidade que, desde sua *pré-formação*, se apresenta diversificada.

O território brasileiro é, em sua essência, a grande expressão de que, mesmo tendo uma coesão jurídica, o território é antes de tudo um espaço de *inter-relações*, o espaço do diferente que vive em perfeita harmonia com o outro e dele nascem vários outros territórios com identidades e vivências diferenciadas, que superam o que é apresentado pela ideia de *nação* aqui já apresentada. Até porque, são espaços que se constroem e desconstroem periodicamente, as fronteiras não são eternas, o que realmente permanece são as relações sócio espaciais construídas, e estas podem ou não existir entre fronteiras. Elas podem ser, por exemplo, construídas entre uma mesma geração, entre pessoas de mesmo gênero, raça, não necessariamente entre pessoas de uma mesma *nação*.

É neste sentido que tratamos o *território* enquanto um espaço produtor de identidades e sentimento de pertença a uma dada comunidade. De acordo com SOUZA (1995), ele é antes palco para a construção de “relações sociais projetadas no espaço”, estes podem formar-se e dissolver-se de forma relativamente rápida. Ainda segundo o autor, território pode ser conceituado como um “campo de forças”, em especial quando se trata de territórios urbanos.

Como espaço de atuação do cidadão temos a *polis*. Nela são expressas as diversas identidades e formas de convivência entre os que nela habitam; é neste espaço onde as relações sociais se projetam e dele brotam os dilemas nascentes dessas relações. Aliás, dentro de um macro território, é na cidade que se vive, sente e se constrói todas as premissas relativas às projeções feitas nos espaços e as relações sócio históricas nele contido.

A cidade se apresenta como o palco para a construção e efetivação da cidadania e seus direitos. Sua estruturação permite que a garantia dos direitos assegurados ao cidadão sejam ou não cumpridos. É nela que habitam os grupos, as estruturas que permitem as divergências necessárias à sociabilidade. É a diversidade que emana das relações humanas que deve ser trabalhada, respeitada e usada para a construção de um habitat que pertença a todos.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um *direito à vida urbana*, transformada, renovada. (...) “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, pags. 117 e 118, 2001).

Esse “lugar de encontro” se perde a partir do momento em que o “urbano” expressa o desencontro ao invés do encontro e se privatiza o valor de uso de todos os seus espaços. E várias são as formas em que isso pode se dá, tanto concreta como simbolicamente. É nesse “lugar de encontro” que se constrói a relação com o outro, tão necessária à construção da cidadania, e são nesses atos simbólicos que percebemos as representações identitárias que irão dar significado ao território. De acordo com SANTOS (2007), é nele que se dá o exercício da vida. E esse significado que acaba por construir a

identidade tanto do local como dos seus entes, foi alvo da investigação aqui construída.

2.2 O significado das imagens do território e o lugar do “vixi”.

Durante toda a observação participante, com a execução das atividades já relatadas, um fato chamou a atenção: a imagem construída pelos jovens de si e como eles se sentiam vistos pelas outras pessoas. Isso seria algo bem comum, não fosse o fato de que imagem e *território* estavam atrelados um ao outro de tal forma que, a imagem do jovem e a imagem do seu *território* são uma coisa só.

Nas falas dos jovens foi comum o discurso de *confusão* que as pessoas costumam fazer entre o que é percebido em seu território e os jovens que nele vivem. E isso nos faz falar para além das imagens, falamos de identidades, que são atribuídas historicamente, que se constroem a partir do que se tem em comum e nas expressões de oposição ao dito *diferente*.

Assim, as identidades caracterizam-se por serem abertas, contraditórias, inacabadas, relacionais e fragmentadas. Identidade e diferença não podem ser vistas como um todo coerente vividos pelos sujeitos, uma vez que elas refletem os processos e as contradições vividos pelos sujeitos, inseridos em um determinado contexto social. (ALMEIDA, pag. 98, 2009).

E é justamente o contexto social que exacerba essa identidade, na visão dos jovens. Na verdade, as oposições e as diferenças entre realidades sociais presentes na *urbis* fazem emanar esse discurso apresentado pelos jovens. Indagados sobre como são vistos pelas pessoas de outros bairros e do seu próprio bairro/*território*, novamente se sobressai a identidade pela imagem.

- Agora, falando um pouco da relação jovem e sociedade. O que é que as pessoas falam dos jovens daqui?
Que são bandidos.
- Por quê?
Porque, por causa de uns, outros pagam.
- E por que essa imagem é passada para o pessoal lá fora?
Não sei, até mesmo por eles, porque tem muitos jovens que nem são, mas só pelo fato de se vestir como um...como o pessoal chama, né, é bandido, porque usa um calção de veludo e usa blusa de marca.
- E o jeito de se vestir diz se é bandido ou não é?
Para algumas pessoas, entendeu?

- E a maioria dos jovens daqui se vestem assim?
Não tem exceção, todos se vestem da mesma maneira, o cabelo é igual, a roupa é igual, o boné igual, a chinela é igual.
- E você sabe dizer o porquê desse estilo?
Porque eles acham *massa*. É assim que eles dizem. (Entrevista jovem 22 anos, Granja Portugal).

Aqui, como em outras falas dos jovens durante as entrevistas, o fator imagem, mais precisamente a forma como os jovens se vestem, imprime o caráter de uma “marca” que remete ao lugar de onde são, ao qual pertencem. E mais, é a identificação do chamado “bandido”, é como os “caras” se vestem, é o estilo do *malandro*, como muitos falam. Ao contrário do discurso da menina citada no diário de campo, anteriormente, na maioria das entrevistas essa forma de se vestir é sim apontada como uma característica do *malandro*, mas nem por isso deixa de ser usada pelos demais.

A imagem transformada em identidade do jovem do GBJ reflete o que podemos chamar de situação juvenil¹⁹. A sociabilidade desses jovens se dá, em grande parte, na rua. Esse é o espaço onde se constroem as relações de “amizade”²⁰, é o espaço do lazer, do aprendizado sobre a vida em comunidade. É também o espaço de construção de todo o estereótipo apresentado pelos jovens, que leva em consideração a questão da violência e transforma o GBJ no lugar do “vixi”.

- E as pessoas de fora, já que vocês vão pra fora se apresentar. Quando vocês chegam lá e falam: nós somos do Bom Jardim. O que é que as pessoas de fora falam daqui?
É o bairro do ‘vixi’.
- O bairro do ‘vixi’?
É. Chega lá e pergunta: ‘tu mora aonde?’; ‘no Bom Jardim.’; ‘Vixi!’. A pessoa pergunta e já sei o que vai dizer, ‘vixi’. Tu mora no ‘vixi’.
- Por que eles dizem isso?
Diz que é perigoso, tem vários tipos de coisas. Nem conhece o bairro e já fala ‘vixi’. (Entrevista jovem 15 anos, bairro Granja Portugal).

¹⁹ Ao falarmos de situação juvenil, tratamos sobre os diferentes percursos experimentados pelo jovem. Ela reflete todas as possibilidades postas nas experiências vividas no cotidiano do jovem – as aventuras, transgressões, a própria violência – que convergem em uma trama diversa de situações culturalmente distintas e diversificadas (ALEMIEDA, 2009).

²⁰ Para a maioria dos entrevistados a amizade com outros jovens do território é algo extremamente relativo. Muitos afirmam não ter amigos e sim conhecidos. Segundo eles, isso se dá pelo fato da não confiança, da instabilidade desses jovens, fato diretamente relacionado à violência.

Aqui fazemos uma reflexão sobre o espaço do jovem do GBJ na sociedade, ou melhor, na sua cidade. O elo entre esse jovem e a sociedade se dá através da imagem negativa, do *lugar perigoso* que eles habitam. Retomamos aqui o espaço que, por excelência, se apresenta como o grande palco das relações cotidianas desses jovens: a rua.

O espaço público, o espaço do mundo social, é apresentado numa primeira perspectiva como sendo o espaço da rua (ABRAMO, 2008). Este, no imaginário social, apresenta-se como um perigo em potencial ao jovem, sendo responsável pela produção de condutas desregradadas.

Assim é que vamos encontrar no imaginário social uma associação constante entre a presença de jovens nas ruas e o desregramento e/ou desvio: seja porque nas ruas os jovens estão expostos a perigos e comportamentos corruptores (...), seja porque os jovens nas ruas desenvolvem comportamentos transbordantes, disruptivos, perturbando a ordem e a paz públicas. (ABRAMO, pag. 221, 2008).

A presença constante dos jovens na rua se dá quando da sua não presença em outros espaços tidos como disciplinadores de suas condutas, como a escola, por exemplo. Apenas três dos entrevistados não frequentavam a escola, porém, as razões são bem peculiares ao que eles relataram ser as suas realidades no território.

- Você estuda?
- Não.
- Por quê?
- Porque eu parei.
- Parou em que ano?
- Nem sei...
- Por que você parou?
- Nem sei, acho que trabalho.
- Estava trabalhando, é?
- É.
- De quê?
- Eu trabalhava com granito...na Cagece.
- Com quantos anos você parou de estudar?
- 18. (Entrevista jovem 20 anos, Bom Jardim).
- E você estuda?
- Não.
- Por quê?
- Parei.
- Parou de estudar por quê?
- Porque eu cansava no meio do caminho.
- Cansava? Era longe a escola?
- Era.
- Onde era?
- No Eudes Vera, lá no Jatobá.
- Jatobá, aonde fica?
- Lá...pro Siqueira.
- Depois do Siqueira é Jatobá?

É, subindo uma rua pra lá.
- E você ia a pé?
É.
- Era, mais ou menos, quanto tempo de caminhada?
Sei lá, é longe, ela vai daqui pra lá a pé.
- Mas você levava quanto tempo pra chegar lá?
Uma meia hora, quarenta minutos andando.
- Meia hora de caminhada? E que horas você estudava?
A tarde.
- Ai você saia meio dia?
Era.
- E por conta disso você parou?
Foi. (Entrevista jovem 17 anos, Canindezinho).

Dificuldades de acesso, trabalho, gravidez na adolescência foram os fatos relatados como motivo para não frequentar a escola. Porém, o não estar na escola não pode ser o único motivo pelo qual a sociabilidade desses jovens se faz transitar, quase que exclusivamente, pela rua. Ainda durante as entrevistas, alguns elementos como espaços de lazer (públicos), foram citados pelos próprios jovens como necessários à sua sociabilidade. Isso, na visão deles, os afastaria das “coisas ruins” vistas e vividas na rua.

Os espaços de lazer na cidade apresentam-se ou privatizados ou ofertados a uma minoria, moradores de áreas tidas como nobres. A possibilidade do acesso ao lazer está diretamente relacionada ao acesso ao consumo. O direito à cidade só é dado aos cidadãos, estes, por sua vez, são aqueles que estão inseridos na dinâmica consumista do sistema.

O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, pag. 63, 2007).

Desta forma, mais uma vez apontamos a desigualdade de condições como marca de inserção desses jovens na sociedade, seja no acesso à escola, ou ao emprego, ou mesmo o acesso ao consumo de bens culturais (DAYRELL, 2001). As fronteiras que se constroem nos *territórios* de uma cidade são referenciados pela desigualdade de acessos. Isso acaba por limitar não só a perspectiva de uma educação plena e de qualidade, mas toda e qualquer participação na vida ativa enquanto cidadão.

(...) essa é uma das faces perversas da nova desigualdade. Os jovens pobres se vêem, assim, privados da escola, privados do emprego – privações que vêm acompanhadas pela limitação de

meios para a participação efetiva no mercado de consumo, da limitação das formas de lazer, da limitação dos direitos de vivenciar a própria juventude. (ALMEIDA, pag. 95, 2009)

Se partirmos do princípio defendido por Clarke (1996), de que a cidadania e o humano são, necessariamente, categorias políticas, como trabalhar essa política em um contexto de privações? Isso, dado o entendimento de que o movimento de tomadas de decisões, reflexões sobre a realidade e atuação nela (fatores que caracterizam a construção política), são cruciais para a construção, também, da cidadania.

No se es ciudadano por el mero hecho de adentrarse en la ciudad o em um colégio electoral. Ser ciudadano significa afrontar em todo momento decisiones políticas, y son políticas todas las decisiones que se refieren al mundo. (CLARKE, pag. 170, 1996).

Mesmo o GBJ sendo um celeiro de organizações populares de luta por direitos do cidadão, nas entrevistas isso não pôde ser aferido. Aos jovens foi perguntado sobre a atuação deles e de outras pessoas em seu território, com relação aos direitos dos cidadãos, a resposta, dos sete entrevistados, foi a mesma: “não sei”. Somente um dos jovens, por participar ativamente de movimentos religiosos, se mostrou conhecedor desta realidade.

- E os jovens daqui, eles participam de alguma coisa?
Da minha sala ta fazendo o Primeiro Passo já.
- E os outros daqui, eles participam de quê?
Não sei dizer.
- Não conhece nenhuma organização de jovens aqui?
Não. (Entrevista jovem, 16 anos, Bom Jardim)

Além da escola, o lugar de “participação” desses jovens se mostrou ser os movimentos religiosos, ou melhor, há uma frequência significativa dos jovens nos cultos religiosos. Não chega a ser uma participação ativa na vida da comunidade, até porque se resume somente ao comparecimento aos cultos aos finais de semana, mas o interessante nesse caso é que, nos discursos, pareceu ser a forma encontrada para se afastar, por alguns instantes, da rua. Os jovens acompanham suas famílias nesse processo de aproximação com alguma religião. Para eles, a família é o único refúgio, a única instituição “confiável”.

- Com quem é que você mora?
Com a minha mãe.

- Só você e sua mãe?
É. Eu, minha mãe, duas irmãs e sobrinhos.
- Os teus sobrinhos ou o teu?
Meu, é só um.
- Eles são a sua família, não é?
É.
- E o que é que você define por família? O que você acha que é família?
(Silêncio)
- Família é isso.
É uma coisa boa, é... é uma coisa que você pode ter confiança com seus familiares. Uma coisa que não precisa ficar escondido para poder falar com eles, quando eu quero falar.
- É um lugar que inspira confiança?
É. (Entrevista jovem, 15 anos, Granja Portugal).

A família também se apresenta como uma das razões pela qual a identificação e satisfação com o lugar em que vivem se elevam. O lugar do “vixi”, como é considerado por outras pessoas diferentes ao *território*, para eles é um bom lugar para se viver. Mesmo em meio a todas as privações e contradições expostas nos seus discursos.

2.3 Esse é o meu lugar, “é tranquilo aqui”.

Poderíamos falar, seguramente, em insatisfação com o lugar em que esse jovens vivem e uma vontade, dos mesmos, em não mais pertencer a essa realidade. Porém, o que foi verbalizado por todos (com exceção de uma das entrevistadas) é que se sentem satisfeitos e felizes no lugar onde vivem. Há um forte sentimento de pertencimento ao lugar, a identidade desses jovens é o seu próprio lugar, mas não o lugar do “vixi”, do “valha”, mas, simplesmente, o Bom Jardim.

- Você sempre morou aqui?
Não, nasci em Baturité, mas vim com meus pais, ainda pequena. Quando cheguei aqui nem tinha tudo isso, eram poucas casas.
- E você gosta do seu lugar?
Gosto, é um lugar bom de se viver. É onde está minha família, meus amigos, meu trabalho. Poderia ser melhor, se não existisse essas coisas. Mas não era assim, ficou assim de uns tempos pra cá. (Entrevista jovem 26 anos, Siqueira).
- Você nasceu aqui, na região do Grande Bom Jardim, você gosta do seu lugar?
Gosto.
- E quais são as coisas boas e as coisas ruins de morar aqui?
É um pouco perigoso.
- Perigoso por quê?

O pessoal não pode sair de casa direito porque ali pode ter assalto, como ali na casa lotérica. Não pode ir ali porque pode ter assalto, como já teve algumas vezes. Carro em alta velocidade, quando eles roubaram lá, e só Deus sabe.

- E o que é que é bom?

(Silêncio)

- Quais são as coisas boas?

Não é tanto perigo e é um pouco tranqüilo, você pode ter uma vida em paz também.

- É tranqüilo aqui?

É.

- Por que é tranqüilo?

Até agora eu não vi nada demais, até agora eu só vi que teve assalto na casa lotérica, e até agora eu não vi nada. Quando houve o arrastão não teve nada por aqui²¹.(Entrevista jovem 15 anos, Granja Portugal).

Além do fator família, já citado, há a questão do reconhecer-se como do *território*, é o sentir-se a vontade entre os seus que parece fortalecer o discurso de “lugar bom de viver”. Até mesmo porque, como a jovem fala em sua entrevista, essa insegurança, essa violência que é exaustivamente difundida sobre o GBJ é algo recente. Para eles o seu território nada mais é do que o lugar da família, dos amigos, até mesmo do seu trabalho.

Quando falamos de juventude, atribuímos características como transformadora, contestadora, ‘revoltada’ à sua definição. Isso porque, como afirma Groppo (2000), a juventude é uma concepção, criação ou representação simbólica, produzida por grupos sociais ou pela própria juventude para dar significados a uma série de comportamentos e atitudes.

Com a análise dos dados colhidos para este trabalho, pôde-se perceber que essa construção ou atribuição de significados em relação às juventudes²² do GBJ, se dá e torna de duas vertentes: uma juventude tida como “normal”, expressa no discurso dos entrevistados, onde eles se apresentam como tal e relatam se relacionar com jovens deste “tipo”; a outra juventude é a “problemática”, a que é sujeito das ações de violência (na visão da sociedade) e, ao mesmo tempo, vítima dela (como alguns entrevistados colocam).

²¹ Essa entrevista, especificamente, foi feita um dia depois do fim da greve da Polícia Militar do Ceará, em janeiro de 2012.

²² Juventudes, apresentada no plural, por entender que não há uma juventude que possa definir a categoria de forma coesa, existem juventudes, por essa ser uma categoria que se faz através das situações e condições em que vivem e se relacionam com a sociedade.

Essa mesma juventude que se intitula “normal” é a que afirma gostar do lugar em que vive, mas não satisfeita com o que presencia. A insatisfação se dá em torno, principalmente, da falta de acesso ao lazer e a má execução de políticas como saúde e educação. Isso, porém, só é apresentado após estímulo através de perguntas, aferindo aqui uma ligação inevitável entre participação social e conhecimento crítico da realidade. As perguntas foram feitas através do conhecimento acerca dos equipamentos e instrumentos sociais existentes no *território*. A partir daí, adentrava-se na questão das políticas públicas presentes no GBJ. Apresenta-se aqui dois diálogos, o primeiro com um jovem que frequenta constantemente um dos equipamentos presentes no *território*, o outro com um que não frequenta nem nunca frequentou qualquer projeto ou equipamento social do *território*.

- E o que é que tem aqui no seu bairro? Tipo, se eu disser: eu vou para o Bom Jardim. E o que é quem tem lá? O que é que eu posso dizer que tem aqui?

Vários projetos legais, como na Casa Brasil.

- Quais projetos?

Informática, dança, artes visuais. (Entrevista, jovem 15 anos, Granja Portugal).

- O que é que tem aqui no bairro? Quais são as coisas que você pode dizer que tem aqui no Canindezinho?

As coisas que tem... tem essa praça, só.

- A praça e o que mais?

Tem as lan houses, às vezes eu passo o dia nas lan houses.

- Na lan house?

Ficava, agora eu não fico mais não.

- Por que você não vai mais pra lan house?

Porque lá em casa tem computador já. (Entrevista, jovem 17 anos, Canindezinho).

Quando os jovens não falam do desconhecimento, acabam por refletir um fato comum nesse *território*: os equipamentos existem, porém, não há condições de frequentá-lo. A razão para isso? A violência ou sensação de insegurança como é apontado na fala de uma das jovens entrevistadas.

- E os jovens daqui, do que é que eles participam?

Não sei... futebol, também. Porque aqui no meu colégio também tem futsal, aula de futsal. E também tem algumas meninas, amiga minha, que faz balé no Centro Cultural, ali.

- E você disse que não tinha nada aqui!

Como assim?

- Num tem o Centro Cultural?

Ah, tem o Centro Cultural. Assim, pra pessoa ir, chegar lá, passear, o Centro Cultural...

- Mas não é uma área de lazer?
Mas não dá, é perigoso lá.
- Perigoso por quê?
Porque tem assalto lá. Eu ia pra lá, mas eu não vou mais não.
(Entrevista, jovem 15 anos, Bom Jardim).

A mesma sensação de insegurança é sentida pelos jovens do bairro, assim como é difundida por outras pessoas diferentes ao *território*. Nesse caso, além de segregar, a sensação de insegurança e sentimento de lugar violento é a causa da não participação e não eficácia dos serviços oferecidos à população do GBJ. O medo se apresenta como a grande razão do não acesso, pelo menos em algumas falas.

O caráter ideológico do adjetivo “violento” fica claro quando é utilizado sistematicamente para caracterizar o “outro”, o que não pertence ao mesmo estado, cidade, raça, etnia, bairro, família, grupo, etc. em algumas cidades, o crime e a violência são como um artifício ou um idioma para se pensar sobre o outro (Merry, 1981; Vargas, 1993). Ao mesmo tempo em que o paroquialismo nas imagens do crime se reforça, o crime violento torna-se cada vez mais inequivocamente parte de processos globais econômicos e socioculturais, sem que isso traga mudanças em políticas públicas de segurança e de prevenção e tratamento nas práticas sociais mais associadas à violência. (ZALUAR, 2006, p. 212).

Essa questão da violência ser o lugar do outro, talvez explique, em parte, o porquê do sentimento de gostar do lugar e tê-lo como tranquilo. Como na fala do jovem da Granja Portugal: “*até agora eu só vi que teve assalto na casa lotérica, e até agora eu não vi nada. Quando houve o arrastão, não teve nada por aqui*”. O violento é o que está fora, externo, mesmo sendo muito próximo, no mesmo *território*, a questão é que não atingiu diretamente ao indivíduo, nem aos seus. Não há o sentimento de unidade, necessário a processo de estruturação da cidadania. Quando perguntados sobre o que eles não gostam/o que não é bom no seu bairro, a resposta é unânime: a violência. Mas, o que é violência para os jovens do GBJ?

- E o que é que você define por violência? O que é essa violência que você fala daqui?
É os jovens que estão se perdendo para as drogas. Eu tenho familiar meu que se perdeu para a droga. Não é o fato de ele estar brigando que é violência, é pelo fato de a gente ter perdido ele pra droga, é uma violência, sei lá, sei nem como é que eu falo. (Entrevista, jovem 22 anos, Granja Portugal).
- E, você falou ai de violência, o que é que você define por violência? O que é que você acha que é violência?

Roubo, acidente, morte.
- Isso é violência.
É. (Entrevista, jovem 16 anos, Bom Jardim).

Aqui se apresentam duas concepções de violência, uma personificada nas “drogas” e outra com um caráter de agressão física. Tudo é violência, para alguns externo a eles, para outros que já tiveram parentes que sofreram por algum tipo de agressão física ou se tornou depende químico, muito próximo. Porém, mostra-se irrelevante no momento da pergunta, já que foram situações já superadas. A violência aqui se apresenta de forma ambígua e, como alguns autores afirmam, de forma resignificada. Fazendo uma análise do pensamento de Michaud sobre a categoria violência, Porto afirma o seguinte:

Para este autor a noção de violência é... por princípio ambígua, sua significação é estabelecida por procedimentos políticos segundo o grupo que, em um dado momento, tem o poder de rotulá-la contra outros (grupos)... pode aparecer e desaparecer segundo quem fala. Concretamente, isto significa que ela pode continuar sendo o que é ainda que nem sempre seja reconhecida como tal. (PORTO, 2000, p. 189).

Desta forma, trabalhamos aqui a concepção de violência, também, como algo externo à realidade dos jovens do GBJ, sendo o “outro” o sujeito de ação e vitimização dessa violência. Da mesma forma que é construído no imaginário dos que não habitam o *território*. Perceber o *outro* se torna fundamental no processo de construção histórica e solidificação da cidadania, e se insere no pensamento de Arendt (2007). Para ela, a ação, uma das três atividades humanas²³ elencadas como essenciais à vida do homem na terra, é a sua atividade mais política, é a que o aproxima do outro e o faz perceber a pluralidade existente no todo das relações humanas.

²³ As três atividades humanas, apresentadas pela autora como essenciais à vida, são designadas pela expressão *vita activa*, quais sejam: o labor, o trabalho e a ação. Para ela, trata-se de atividades fundamentais pelo fato de cada uma designar o significado das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na terra. (ARENDR, 2007).

3. Falando sobre cidadania e juventude: processos em eterna construção.

A categoria cidadania está presente na história da humanidade há muito tempo e, junto com ela, sofre modificações, se transforma de acordo com as necessidades impostas em cada período histórico. Porém, sua essência, transcende a essas transformações e permanece intacta, pois é ela quem permite ao indivíduo/sujeito ocupar e significar seu espaço na sociedade e criar, em conjunto com outros indivíduos/sujeitos, um espaço pleno de participação e autônomo. Desta forma, cria-se a base de sustentação para a realização da política em seu sentido maior.

Esse sentido é colocado desde as primeiras (ou o que concebemos como as primeiras) formulações do que seja cidadania. Quando a cidadania surge na *polis* grega, seu significado se atrela ao chamado “espaço público”, espaço de discussões, decisões e participação plena, efetivado pelo que Aristóteles chamou de *zoon politikon*, o animal político. O homem é, em sua essência, um *zoon politikon*. Isso nos leva a dizer que a participação na vida da *polis* se torna o fator primordial para concretizar essa essência. O significado maior da cidadania está na realização da política no âmbito público, seu espaço por excelência.

No entanto este “espaço público”, de início, agregou à sua realização um caráter segregador. Sua concepção universaliza, porém, sua realização expõe as limitações visíveis na tentativa da concretização da prática do bem comum. Ao falar da *polis* e dos cidadãos que a compõem, os *zoons politikon*, Aristóteles refere-se tão somente aos homens livres, responsáveis por decidir sobre a vida pública da sociedade grega. Mulheres e escravos eram relegados ao âmbito privado. Estes dedicavam-se aos trabalhos domésticos, eram responsáveis e sujeitos das ações cotidianas da vida da comunidade, como o trabalho, assuntos que não diziam respeito a toda a comunidade, desta forma, não se encaixavam na definição de cidadania e, por conseguinte, não eram cidadãos.

Los asuntos del hogar, de la tribu, de la economía o del comercio, los asuntos sociales o personales no tenían cabida en la *polis*. Aquellos que dedicaban a los asuntos domésticos, mujeres y esclavos, por ejemplo, desempeñaban sus tareas ajenos a la mirada de un público y, por lo tanto, sin el status y las prerrogativas de la ciudadanía. (CLARKE, 1999, p. 56).

Vários outros significados foram sendo somados à concepção de cidadania, estes se apresentavam de acordo com a urgência de cada contexto histórico vivido. Ao passo que, avançando um pouco mais em nosso resgate histórico, percebemos, com o advento da modernidade, um aprofundamento da noção de direitos e deveres que se relacionam à cidadania, uma manifestação clara da condição jurídica de cada indivíduo. Desta forma, os cidadãos assim o são *na qualidade de participantes na autoridade soberana, e vassallos, quando sujeitos às leis do Estado*, como apresentou Rousseau (1980), em seu Contrato Social,

que vem refletir sobre a reorganização da articulação entre o público e o privado.

(...), para Rousseau, a estipulação do contrato social não tem como meta a conservação de um mundo de indivíduos privados, garantido por uma esfera pública “especializada” e “separada”, como em Hobbes e Locke; ao contrário, é algo que reorganiza a própria forma de articulação entre o público e o privado, de modo que a sociabilidade se torne um elemento constitutivo imanente ao próprio indivíduo: a vontade geral e o interesse comum não se impõe ao indivíduo como algo externo, mas são uma emanção possível de sua própria individualidade. (COUTINHO, 2011, p. 17 e 18).

Percebe-se aqui a entrada de um novo instrumento, se assim o podemos chamar, na definição e regulação do que seja cidadania: o Estado. Segundo Rousseau, ele é um produto da sociedade, e como apresentado na citação acima, à ele é delegada a responsabilidade de regular e reorganizar as esferas públicas e privadas. Essa regulação se dá dentro de um limite chamado *território*, sendo que a proposta é de ampliação da participação do indivíduo na vida da sociedade, uma abertura para a sociabilidade. Aqui a categoria cidadão sofre uma ampliação e lhe é atribuído uma dimensão histórica no que concerne às várias formações sociais, resultantes do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade.

A cidadania surge no “espaço público”, porém o cidadão se faz, também, no âmbito do privado. Esse é o espaço de construção das características do indivíduo, onde se gesta as capacidades primeiras e necessárias aos atributos básicos ao homem para atuar nas transformações/evoluções históricas, característico da sociedade.

Dessa forma, o campo do privado se apresenta como espaço de construção de relações sociais que serão refletidas no “público”, mas não só as relações dos indivíduos, mas dos grupos de indivíduos, como os grupos geracionais, por exemplo. É no campo do privado que essas relações se gestam e serão expressas no campo público como questões a serem trabalhadas a adequadas às relações sociais, como é o caso da juventude.

A juventude de que tratamos se apresenta como uma questão posta pela modernidade, um fato contemporâneo, que se apresenta como uma permanente “questão pública” (GROPPO, 2004). Desta forma, superamos a

definição de juventude como algo natural do indivíduo, em que todos e todas estão passíveis de vivenciá-la em um momento determinado da vida. Afirmá-la como uma categoria social é reconhecer a importância e influência que a juventude detém sobre a sociedade moderna. Como Mannheim (1982) afirma, *é concebê-la como uma das fontes primordiais da identidade social do mundo moderno, ao lado da experiência da classe social.*

Assim como o conceito de cidadania, o conceito de juventude nos coloca em um diálogo universal e ao mesmo tempo particularista. Universal no sentido de atribuir ao fato juventude como algo que necessariamente pertence ao ser humano em uma dada fase de sua vida; ela se torna particular quando observamos que esta fase não se apresenta da mesma forma para todo indivíduo ou simplesmente não se apresenta. Esse ir e vir entre o particular e o universal nos leva a outro caminho, o da concepção pluralista do que seja juventude.

Um pluralismo que se apresenta, também, nas novas dimensões do ser cidadão em nossa sociedade. E este é o grande desafio, entender onde, como e por que essas categorias se apresentam de forma plural, sem perder a essência de suas concepções.

3.1 Novos tempos, novos conceitos?

O que se entende por cidadania hoje vai muito além de sua noção de atrelamento do cidadão às questões relativas à participação e seus direitos na sociedade. Até porque participação e direito são duas concepções que também passam, se não por modificação, mas por ampliação de seus conceitos.

Ampliação, esta é a palavra que convém ser usada ao tratarmos das discussões acerca da cidadania na sociedade. O sentido da ampliação está aqui nas novas necessidades e novos atores cidadãos que surgem nos processos de sociabilidade humanas. Compreende-se como um desses novos atores a juventude.

Ao tratarmos de cidadania, hoje, logo a ligamos a questões relativas ao direito, ao dever e à democracia. Damos, assim, um caráter universalizante no

que diz respeito ao direito de ser cidadão, pois o conceito de democracia implica igualdade de direitos e participação irrestritos. Mas como já fora dito, em suas primeiras formas, a cidadania expressa nas relações sociais trazia consigo um caráter de classes, que iria se propagar por todos os momentos históricos da humanidade.

O cidadão da *polis* assim o era por pertencer a uma cidade. Mas dentro de um mesmo território, a cidade, há as definições de quem pode e de quem não pode ser considerado cidadão. Para Aristóteles, o cidadão por excelência só poderia existir na democracia, mas dentro dessa democracia há divisões de direitos à participação e, se assim podemos chamar, classes de cidadãos. Dentro da cidade há uma clara separação entre o público e o privado, e esta relação que hoje é geradora de discussões e formulações de pensamentos, há muito carrega em si as questões que permeiam as relações sociais e definições dos papéis do indivíduo na sociedade.

É nesta distinção entre o público e o privado que se denota claramente as funções dos cidadãos e a quem realmente assim o deva ter a honra de ser chamado. Para Aristóteles, há vários tipos pessoas que constituem a cidade e a cada um deve ser dado um papel, porém o direito de ser chamado de cidadão, por direito, está com aqueles que definem as leis e, por conseguinte, as regras que regem a cidade. São aqueles que têm o espaço público como seu lugar por excelência, que dedicam sua vida aos assuntos da *polis*²⁴.

Lo que trato de encontrar es la idea absoluta del ciudadano, exenta de todas las imperfecciones que acabamos de señalar. (...). El rasgo eminentemente distintivo del verdadero ciudadano es el goce de las funciones de juez y de magistrado. Por otra parte, las magistraturas pueden ser ya temporales, de modo que no pueden ser desempeñadas dos veces por un mismo individuo o limitadas en virtud de cualquiera otra combinación, ya generales y sin límites, como la de juez y la de miembro de la asamblea pública. Quizá se niegue que estas sean verdaderas magistraturas y que confieran poder alguno a los individuos que las desempeñen, pero sería cosa muy singular no reconocer ningún poder precisamente em aquellos que ejercen la soberanía. Por lo demás, doy a esto muy poca importancia, porque es más bien cuestión de palabras. El lenguaje no tiene un término único que nos dé la idea de juez y de miembro de la asamblea pública, y con objeto de precisar esta idea adopto la palabra magistratura en general y llamo ciudadanos a todos los que gozan de ella. Esta definición del ciudadano se aplica

²⁴ Ver Hannah Arendt (2007).

mejor que ninguna otra a aquellos a quienes se da ordinariamente este nombre. (ARISTÓTELES, s/d, p. 38 e 39).

Percebe-se aqui duas claras distinções do ser cidadão para Aristóteles, além do espaço público, lugar de excelência do verdadeiro cidadão, o caráter jurídico da cidadania, que já se faz claro. É a relação direitos e deveres que irá permear todo o imaginário social acerca desta categoria que há séculos se apresenta como fator constitutivo da sociedade, Estado e democracia.

Com o advento do cristianismo, essa concepção de homem com direitos e deveres se cristaliza. A concepção cristã de mundo e de homem colaborou para a formação de um pseudo-pensamento de humanidade universal, baseada em uma visão que torna o homem cristão, temente a Deus e suas leis, igual a todos, porém, esta igualdade é condicionada ao cumprimento de deveres pré-estabelecidos. Percebe-se claramente isso no discurso dos escritos sagrados, onde se fala de democracia e igualdade perante todos, onde o reino de Deus é apresentado como o advento da humanidade que rompe com as desigualdades (1 e 2 Reis).

Desde los primeros momentos de la cristandad, y más aún con el protestantismo, el 'hombre' que ese Dios creó fue tenido por un individuo dotado, por definición, de ciertas características y ciertos deberes. Entre éstos, figuran el trabajo, la libertad política, la libertad de conciencia y la intimidad y entre aquéllas, una marcada separación entre lo público y lo privado y el alejamiento del espacio público. (CLARKE, 1999, p. 16).

No pensamento cristão também vigora a clássica separação entre o público e o privado. A verdade proferida pela sociedade cristã torna-se a verdade absoluta e universal, ao passo que a história passa a ser contada a partir de uma visão cristã ocidental. Mais uma característica nas já tantas atribuídas à construção da cidadania no decorrer da história da humanidade. Mesmo com o fim do teocentrismo e a inauguração do pensamento moderno sobre democracia e cidadania, não se rompe com essa concepção.

Quando Rousseau fala sobre o cidadão, refere-se ao indivíduo, ao passo que o povo é a sua coletividade, a reunião de cidadãos. Estes são tidos como pessoas públicas que, outrora, atuavam no espaço da cidade, agora, segundo o pensador, têm como espaço a *república ou o corpo político*²⁵. Não obstante, é

²⁵Do Contrato Social. Jean-Jacques Rousseau (2002).

necessário observar que o contrato social ao qual se refere Rousseau (2002) é uma forma de “minorar” as consequências da criação do que ele apresenta como a “origem da desigualdade entre os homens”: a propriedade privada (COUTINHO, 2011).

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente.” Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. (ROUSSEAU, 2002, p. 9 e 10)

A noção de sociedade civil nasce em concomitância à noção de propriedade privada, e se desenvolve de tal forma, que se apresenta como uma das responsáveis pela exacerbação da figura do indivíduo/sujeito, tendo nas leis de garantias da propriedade privada, seu maior trunfo e que será a grande marca do pensamento liberal.

No contrato, Rousseau (2002) aponta para a realização dos direitos de igualdade, que coloca cada cidadão desse corpo político de forma equiparada a outros. O pacto social consiste então em uma forma de garantir, através de uma organização política e leis que às resguardam, direitos que passarão a ser o grande definidor do que seja cidadania. Mas há de se observar que, mesmo em situações sociais e históricas distintas, o fator *organização política* permanece como base de todas as fundamentações entre os cidadãos.

De acordo com o pensamento grego a capacidade humana de organização política (que se dá no espaço público) é oposta à organização natural que tem a casa (*oikia*) como centro e que constitui a família, considerada como espaço estritamente privado. Existiam dois espaços completamente distintos de atuação do homem, a *polis*, onde eram vivenciadas as experiências comuns a todos e a casa, a família, aquilo próprio a cada indivíduo (ARENDRT, 2007). Essa concepção se perpetua e ganha novos formatos com o advento do cristianismo. Ainda seguindo o pensamento de Arendt, de todas as atividades humanas existentes (o labor, o trabalho e a ação) uma era considerada a mais política de todas: a *ação*.

Essas três atividades humanas (*Vita Activa*), que segundo Arendt, são fundamentais, assim o são por corresponderem às condições básicas às quais

fora dada a vida ao homem. A ação se torna a mais política de todas, segundo a autora, por ela ser a atividade que é exercida diretamente *entre* os homens. Há o contato e troca de vivências humanas, particular a cada um, mas, nesse momento, tornam-se universais, plurais, pois são divididas por cada um que entra em contato com o *outro*. *Corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não homem, vivem na Terra e habitam o mundo* (ARENDRT, 2007).

A percepção de pluralidade de existências é preponderante ao se falar e pensar em cidadania hoje. Não se trata somente de assegurar direitos e se fazer partícipe da vida da sociedade, concepção construída ao longo do tempo. A cidadania hoje se apresenta, para além da participação, no reconhecimento das pluralidades que se fazem presentes nessa participação. Além do mais, isso não se relega mais tão somente ao espaço público. Questões relativas ao âmbito privado se fazem presentes nas pautas de discussões da nova *polis*. E questões públicas acabam por interferir no espaço privado. Desta forma, ser um cidadão pleno hoje significa

(...) participar tanto en la dirección de la propia vida como en la definición de algunos de sus parámetros generales; significa tener conciencia de que se actúa en y para un mundo compartido con otros y de que nuestras respectivas identidades individuales se relacionan y se crean mutuamente. Ser un ciudadano pleno significa empeñarse en realizar el compromiso con el mundo, un compromiso re-encantado con el mundo. (CLARKE, 1999, p. 8)

Essa pluralidade é o grande desafio para se pensar a cidadania hoje. E, creio que este seja o ponto de encontro entre as noções de juventude e cidadania e o fator chave para encontrarmos a característica necessária que fundamente a noção de que o jovem é um cidadão para além das noções jurídicas. Entendendo que essa relação ou necessidade de reconhecimento do jovem enquanto cidadão pleno é mais uma prerrogativa que surge da controvertida relação ou tensão entre o público e o privado.

3.2 As juventudes e sua cidadania.

Falar de juventude implica estar atento a toda multiplicidade de questões, estigmas e rótulos impostos a esta categoria social. Não se trata mais, e somente, de uma *fase transitória* da vida de uma pessoa, mas é, antes de tudo, uma fase da vida social criada historicamente. É um *fato social*²⁶ com determinantes sócio históricas, que as definem e transformam no tempo, espaços e realidades sociais. De acordo com Groppo, a juventude é concebida como

(...) uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade. (GROPPO, 2004).

Isso nos leva a refletir sobre como essa identidade é apresentada e compreendida na sociedade. Juventude, na contemporaneidade, é sinônimo de questão social, isso por dois motivos bem claros no imaginário social. Primeiro, pelo fato da associação problemas e juventude, há uma ligação, quase que natural, entre o fator ser jovem e fator desordem social. A delinquência, as revoltas, os atos rebeldes sempre estão associados à categoria juventude, que se apresenta como mais um dilema da sociedade, passível de doutrinação para obedecer às ordens e costumes “naturais” à todos. E isso fica bem claro nos discursos dos jovens do GBJ, ao se referirem ao sujeito foco do estigma de “malandro” e/ou “marginal”.

- E qual é a tua rua?

A Valverde.

- A Valverde? Por que lá na Valverde tem muito isso?

Não sei, tem muito, sei lá...porque na minha rua é assim, no quarteirão onde eu moro, porque tem muito, muito, assim, aqueles marginalzinho que fica na esquina e tal. Ai, é desse jeito. Quando tem confusão, vai logo se agredir, ai é desse jeito, a Valverde lá.

- E esses marginais são como? A característica deles.

Como assim?

- Como é que eles são?

(...)

- São homens, são mulheres, são jovens, são velhos.

São, são jovens, são homens, só tem homens lá, só homens. Mulheres tem algumas, só que é mais pra depois da minha casa. Na esquina, assim, da minha casa é que tem. São homens, rapazes mesmo. (Entrevista, jovem 15 anos Bom Jardim).

Em segundo lugar, observamos a tônica da juventude como uma fase transitória da vida, onde há uma preparação para a fase adulta. Sendo este o

²⁶ Objeto central na teoria sociológica de Durkheim.

momento para a docilização dos corpos²⁷, onde a escola e a família, em especial, tem o papel preponderante para preparar essas pessoas para o convívio em sociedade. Nesse contexto, da juventude espera-se um trabalho de integração à sociedade “adulta” (GROPPO, 2004). Na visão dos jovens entrevistados, ser jovem é o momento de “não preocupar-se”, o que lhes confere uma grande “vantagem” em relação às outras pessoas, inclusive com relação à imagem e isso é o “bom” de ser jovem.

- Você acha bom ser jovem?

Acho.

- Por quê?

Porque não tem nada pra fazer.

- Por que não tem nada pra fazer?

É.

- Como assim, não tem nada para fazer?

Não trabalha, não faz nada.

- Não trabalha?

É.

- Mas você acha bom isso?

O quê?

- Não trabalhar?

Acho...minha mãe que me banca.

- Como é?

Minha mãe que me banca.

- E o que vocês pensam sobre o futuro?

O que eu penso? Ah, ainda não sei.

- Não pensa nada sobre o futuro?

Não.

- Nada, nada?

Não, sei nem o que eu vou fazer. (Entrevista, jovem 17 anos, Canindezinho).

- Você acha bom ser jovem?

Acho.

- Por quê?

Em uns momentos sim, em outros momentos não.

- Em que momento é bom e em que momentos não é bom?

Os momentos que não é bom é que, às vezes, a gente não pode fazer o que quer.

- Como assim?

Porque não é nós que manda em nós.

- E quem é que manda em vocês?

Minha mãe. Ainda moro com ela.

- Ah, você ainda mora com sua mãe. Ai, porque você mora com ela, ela quem manda em você?

É.

- E quando é bom? Qual o momento que é bom?

Porque tem muitas oportunidades de fazer as várias coisas.

- Que oportunidades? Que várias coisas?

Ah, trabalhar na área que nós quer, estudar.

- E isso é bom?

É.

- E o que é que você pensa sobre o futuro?

²⁷ Ver Vigiar e Punir, Michel Foucault.

Não penso.
- Não pensa nada sobre o futuro?
Não. (Entrevista, jovem 16 anos, Bom Jardim)

Nesse momento abre-se um parêntese na formulação do pensamento sobre o que seja juventude, para nos atermos a um detalhe importante em nossa análise, o papel da família na formação e sua responsabilidade pelo cuidado com o jovem. Se levarmos em conta o espaço da família na construção do pensamento sobre cidadania, o jovem nada mais é do que mais um ente no seio dessa instituição, que, por sua vez, é a responsável pelo caráter privado da formação do homem. Desse modo, não cabe ao “espaço público” a preocupação com a formação ou integração desta categoria à sociedade. E este foi o pensamento que vigorou durante muito tempo.

Porém, o advento da juventude na sociedade moderna coloca em cheque e nos faz refletir sobre qual o atual papel do público e do privado na sociedade. Carregando, desde o início de sua concepção, o estigma do “problema”, a juventude se apresenta como um desafio vivenciado pela família e que estende a responsabilidade de sua formação para o Estado, que, de acordo com Rousseau, passa a ser quem regula e ordena a vida dos cidadãos a ele pertencente.

Em uma passagem clássica do filme “Rebel Without Cause” (Juventude Transviada) de 1955, percebe-se esse entrecruzamento do público e do privado. Logo na primeira cena do filme as imagens e os diálogos nos fazem refletir sobre isso. São três jovens em uma delegacia, cada qual com um problema diferente (a jovem que sai de casa por conta dos conflitos com o pai, outro jovem que atira em animais com a arma da mãe – solteira - que o deixa sob os cuidados de outras pessoas e um terceiro que é colhido pela polícia na rua por estar alcoolizado – este interpretado por James Dean, protagonista do clássico). Nos três casos há de comum os conflitos familiares que são, por sua vez, mediados pela polícia, instrumento do Estado que tem por finalidade a manutenção da ordem pública. Nesse contexto percebemos a clara transformação dos papéis do público e do privado na sociedade contemporânea.

Ao contrário do que alguns pensadores contemporâneos acreditam, como é o caso de Fukuyama, que sustenta a ideia de *fim da história* após a queda do muro de Berlim, o que podemos aferir é uma nova construção da história ou mesmo a necessária abertura do pensamento para a noção de pluralidade dessa nova sociedade que se apresenta.

El fin de la historia es, en realidad, el fin de una visión única de la historia y el comienzo de una diversidad de historias. Con esta pluralidad de historias surgen múltiples voces cada una de las cuales cuenta sus propios relatos. Estos relatos se caracterizan por conceder más relevancia a lo local que a lo universal. (CLARKE, 1999, p. 24).

Pluralidade que há muito já é percebida e apresentada por alguns pensadores, e que, segundo Arendt, é *a condição de toda a vida política*.

Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – (...) – de toda a vida política. (...) A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. (ARENDR, 2007).

Essas características inerentes à condição humana se fazem perceber na construção do pensamento sobre juventude e nos faz afirmar que ela se apresenta como mais uma categoria que clama por reconhecimento dentro do que se concebe por cidadania, mostrada através da representação austera de sua pluralidade e, por conseguinte, de sua condição humana.

No entanto, quando falamos da *condição juvenil*, tão discutida pela sociologia da juventude, percebemos que há entrelaçamentos e separações com o que se tenta apresentar como concepção de cidadão. Tanto o papel da juventude na sociedade como a sua representação nela, expressam a dualidade da pretensa intenção de dar lugar à juventude nas discussões contemporâneas sobre cidadania, expostas neste trabalho.

A noção funcionalista sobre juventude mostra uma ideia fundamentada na noção sobre esta categoria como algo “normal”, passível de uma tranquila adequação à estrutura social pré-existente (GROPPO, 2010). Nesta visão, uma noção emerge como fundamental na análise da juventude na sociedade: a concepção de juventude através de suas disfunções, onde o caráter “rebelde” do jovem tem na “delinquência” um aporte maior para as análises.

Foi a partir desses enfoques que o tema juventude foi ganhando status como um “problema” de comportamento, desvios de condutas ou disfunções no processo de socialização (AQUINO, 2009). Vista assim

(...) grande parte das juventudes modernas e contemporâneas, bem como das formas de sociabilidade dos grupos juvenis, é jogada para o estado caótico da anormalidade, da disfunção. Na ânsia de sanar males sociais concebidos, ou pré-concebidos, grande parte da prática social e dos casos históricos de juvenialidade são relegados à esfera do problemático, do doentio. Novamente, as juventudes acabam incompreendidas e impedidas de se compreenderem um pouco melhor. (GROPPO, 2004).

Essa visão funcionalista, mesmo levando em conta o caráter histórico e social, acaba por naturalizar e cientificar tal questão, tornando padrão toda a concepção de sociedade, suas relações sociais e os fenômenos a ela pertencentes.

Já a ideia de moratória social traz consigo questões *reformistas e desenvolvimentistas de transformação social*, citando Groppo (2010). Essa visão sobre juventude, acaba por considerá-la como fator preponderante para a transformação social através de seu caráter revolucionário e radical. Percebemos este discurso de forma clara na década de 1960, onde emergiam por todo o mundo revoltas que clamavam por uma nova ordem social e que eram protagonizadas pelos jovens. Porém, como é defendido, isso é parte integrante de uma dada realidade, o que não se pode aplicar a todas as situações, o que confirma, mais uma vez, o caráter plural e o trato com *juventudes*.

A partir da década de 1970, surgem novas interpretações sobre a condição juvenil, que vêm agregar novos valores ao papel do jovem na sociedade, na tentativa de superar a condição da juventude como algo “passageiro”. São quatro as novas interpretações assim elencadas por Groppo:

- **As concepções “pós-modernistas”:** nesta concepção a vivência do imediato é a característica maior das novas representações da juventude e mesmo de suas influências na sociedade.

- **O “embaralhamento” da infância e maturidade:** aqui, a advento das mídias eletrônicas tem papel fundamental na diminuição das fronteiras entre infância e maturidade.
- **A juvenilização da vida:** creio ser este o de maior apropriação maior pelo capital, do que poderíamos chamar de essência humana. A juventude, antes tida como *fase da vida*, é recolocada como *modo/estilo de vida*, reproduzida e mercantilizada pela sociedade do consumo.
- **A reprivatização do curso da vida:** nesta noção há uma clara universalização do direito dos indivíduos de passarem, efetivamente, por cada fase da vida. Há uma flexibilização nas normas de passagens nos curso da vida e das interferências institucionais sobre elas²⁸.

Neste momento retomamos a discussão sobre a condição humana do jovem baseado nas novas concepções de juventude na modernidade. Há de se observar atentamente como a forma de acumulação do sistema capitalista se apodera da condição juvenil para impor um estilo de vida próprio ao sistema. Ele ajuda, sobremaneira, na construção discutida anteriormente, sobre a identidade do jovem atribuída a uma determinada imagem e/ou sua “capacidade” de acesso a bens materiais, refletidas, também, na formação do *território*.

Assim, se torna interessante lembrar que, outrora, ainda no modelo de produção fordista, a juventude já era utilizada como objeto de propaganda do estilo de vida enaltecido pelo sistema. Nesse momento, com o advento das novas tecnologias midiáticas (TV, rádio e cinema), o modelo fordista se utilizava dessa “revolução” para ampliar a propagação de sua “filosofia de vida jovem”.

É através dos meios de comunicação, em especial, que o estilo de vida jovem passa a ser disseminado na sociedade. A mídia (na

²⁸ Podemos aferir como exemplo dessa *reprivatização do curso da vida* a tomada da categoria juventude como assunto pertencente ao âmbito das discussões e ações das Políticas Públicas. Porém, ao tomarmos como base a condição humana do jovem e reconhecendo-o como ser plural, essas Políticas Públicas passam a ter não um caráter de *interferência institucional*, mas de ampliação de opções, para esses jovens, de participação no espaço público.

primeira metade do século XX, com o rádio e o cinema e, mais tarde, a revolução com a televisão) passa a ter uma importância significativa na vida da sociedade, pois, como colocam os teóricos da escola de Frankfurt, é a principal responsável pela democratização dos produtos vendidos por esta indústria (a cultura, o estilo de vida); dentre eles, o ideário de juventude eterna, vendida através dos *looks* *Hollywoodianos* e do modo de vida descolado, descompromissado e cheio de aventuras dos ícones do *rock´nroll*. Para a escola de Frankfurt, vida real e “arte” se confundem, as barreiras são quebradas através de super produções que parece misturarem-se com a vida real e ditam moda entre os jovens. (COSTA, 2009, p. 18).

Em uma das respostas sobre “o que é bom em ser jovem?”, a questão da imagem do novo ficou bem explícito no discurso de um dos entrevistados.

- Diferente de quê, ser jovem?
- Ah, não sei...
- Ah, tem, se você diz que é diferente, então tem alguma coisa. Diferente assim, no tipo, a ‘negada’ chega nos cantos e falam: ‘ah, ele é jovem’. Se é velho, eles falam: ‘é muito velho’.
- Que canto?
- Nos cantos, festa, essas coisas assim.
- Ah, então a aparência do jovem tem mais vantagem, é?
- É, tem vantagem.
- Qual a vantagem? Diga ai uma vantagem.
- Sei lá, tipo, pra namorar. Tipo essa vantagem
- Então, para namorar, precisa ser jovem?
- É. (Entrevista, jovem 20 anos, Bom Jardim).

Entretanto, essas concepções e visões de juventude e esse uso da condição juvenil pelo sistema capitalista, tanto na modernidade como na pós-modernidade, vai de encontro, ou melhor, esvazia a condição humana do jovem.

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo como qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. (...) Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. (ARENDDT, 2007).

Aqui, uma das condições de existência do homem é quebrada: a pluralidade. A partir do momento que se *padroniza* o estilo de vida, não só da juventude, mas de toda a humanidade, perde-se o sentido de *espontâneo*. Nesse momento é atribuído um sentido de massificação de um pensamento homogêneo, construído em torno de um único objetivo. A construção das condições de existência do homem através do contato com o *outro* é posta em cheque e a *ação* tem seu sentido desestruturado.

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. (...) Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença dos outros. (ARENDR, 2007).

O contato com os outros, diferentes, diversos e plurais. Isso se faz preponderante na realização daquilo que Arendt irá chamar de *Vita Activa* e que será o ponto de partida para discussão sobre a recuperação do político e, conseqüentemente, a recuperação da essência do que se concebe por cidadania plena.

Neste sentido, é interessante a utilização de uma concepção apresentada por Groppo que toma a juventude a partir da ótica da “dialética”, indo de encontro à essa padronização e abrindo caminho para compreender melhor as relações e o papel dessa categoria nas sociedades contemporâneas.

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral. (GROPPO, 2004).

Essa “dialética das juventudes” pôde ser compreendido em casa fala e cada cena observada e campo. O cotidiano das juventudes pesquisadas expressa, em cada ação o sentido dessa concepção apresentada por Groppo. Neste sentido, juventude a partir da ótica da dialética, que busca, dentro de uma concepção marxista, determinar quais elementos constituem as contradições da vida social e que elementos por eles são desencadeados, abre-se caminho para o seu entendimento enquanto construção social que se apresenta de várias formas, pois o ambiente e a classe social aos quais pertence, o gênero, o credo e a época em que vive definem a forma como essa construção se apresenta. Ela é uma representação do meio em que vive ou mesmo a expressão do grupo a que pertence. Uma pré-concepção construída socialmente através de símbolos e ritos que lhe cedem um espaço único na sociedade.

3.3 Entre caminhos e construções

As condições de existência da juventude, em especial a sua pluralidade, são diluídas pelo anseio de expansão e dominação do capital. Além de pôr em cheque a condição humana da juventude, isso colabora para uma quebra do que se considera necessário para se chegar à cidadania plena.

Voltamos, aqui, a falar sobre a concepção de cidadania ligada aos fatores *direitos e deveres*. Tornou-se típico, em especial no pensamento liberal, associar a condição de cidadão ao cumprimento de deveres e a consolidação de direitos na sociedade. Aqui o direito adquirido pelo cidadão tem um caráter de manutenção, em especial, de bens e da propriedade; esses direitos surgem para dar sustentação jurídica ao sistema capitalista e manter a ordem no Estado.

Tratando-se da modernidade, no século XX, vê-se emergir um pensamento que fundamenta a noção de cidadania nas garantias dos chamados direitos civil, políticos e sociais. Essa é a linha de pensamento defendida por T.H. Marshall. Em sua construção acerca dos direitos de cidadania e das garantias dos serviços sociais públicos, defende que estes serão obrigatoriamente garantidos pelo chamado Welfare State²⁹. Torna-se assim, um divisor de águas no que concerne ao pensamento sobre a cidadania contemporânea e suas implicações na sociedade moderna.

Visto que a modernidade é, ademais, impulsionada por ritmos de transformação perene poderosos, uma enorme instabilidade resulta desse desencaixe. Podemos localizar esses mecanismos, em particular, em três dimensões: na economia capitalista, no Estado racional-legal e na intervenção burocrática que, sobretudo com o Estado do bem-estar, ampliou seu raio de ação dentro da vida social. (SOUZA, 2001, p. 213).

De acordo com o pensamento marshalliano, cidadania é definida como sendo a participação integral do indivíduo na comunidade política³⁰. Esta participação está atrelada à conquista de três direitos básicos: os direitos civis,

²⁹O *Welfare State* é uma forma de organização social orquestrada pelo estado (através das ações de governo), que tem como princípios fundamentais assegurar e garantir direitos básicos a grupos socialmente excluídos; garantir o acesso a serviços básicos como saúde e educação; e permitir, através de transferência de renda, o acesso mínimo aos bens de consumo por parte daqueles que, por algum motivo, se encontram excluídos da dinâmica social do capital.

³⁰A respeito da análise da obra de T. H. Marshall, conferir SAES, Décio Azevedo M. Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica.

direitos políticos e direitos sociais, nesta ordem. Esses são os meios pelo qual se concretiza a participação do cidadão e lhe efetiva como tal na sociedade.

Esses direitos definidos por Marshall são prerrogativas básicas para que o estado reconheça o indivíduo, que, por sua vez, reconhece seus deveres com relação ao estado. Os direitos individuais postos em seu pensamento equivalem a indicadores concretos de cidadania, é através da conquista destes direitos que a cidadania é exercida, efetivada e reconhecida socialmente. Desta forma, a cidadania é construída e alcançada através da conquista de cada um desses direitos. Os direitos civis dizem respeito às garantias da liberdade individual, que asseguram ao indivíduo, entre outras coisas, o direito à propriedade privada; os direitos políticos se referem à garantia da participação do cidadão na vida política, em todas as suas instâncias; e os direitos sociais asseguram o acesso mínimo do bem-estar social, ou seja, a garantia das condições mínimas de acesso ao consumo. (COSTA, 2009, p. 27).

Nessa concepção o cidadão é tido como pessoa jurídica, capaz ou não de gozar de tais direitos. Mais uma vez coloca-se a cidadania em uma posição segregadora. O contexto ora estabelecido, sustenta o que pode-se chamar de “classes de cidadão”. Perde-se, assim, o caráter de universalidade plural da cidadania. Perde-se a realização do político, fundamental no caminho de construção da cidadania plena. Conserva-se a noção de realização da cidadania através da organização política no espaço público, porém, a forma como se chega e quem consegue participar dessa organização é que se apresenta como problemático. Isso pôde se expressar de forma clara durante toda a pesquisa, em especial quando os jovens eram indagados sobre a presença do Estado em seu território, que, seguindo a premissa dos direitos civis, sociais e políticos, deve ser o garantidor desses direitos, através da execução de políticas sociais públicas.

- Agora, falando sobre os serviços públicos daqui. Como é o atendimento e o acesso à educação e à saúde aqui?

O posto de saúde é a misericórdia, a gente tem que lutar muito pra conseguir uma ficha, a escola pública também, falta muito professor, é a precariedade.

- Por que falta professor?

Não sei. Os meninos estão canso de ir ao colégio e volta, ai por quê? Não, é porque a tia faltou. Não tem professor, a professora está de licença, ai colocam outra, é assim.

- E quais os equipamentos públicos que tem aqui? O que é que tem de serviço público, além, da escola e do posto?

Só, acho que só isso. (Entrevista, jovem 22 anos Granja Portugal).

A reflexão feita aqui é que isto se dá por dois motivos. Em primeiro lugar pelo caráter celetista da noção de direitos. A lógica seguida por Marshall é a de que, primeiro conquista-se os direitos civis, que incidem diretamente no direito à propriedade privada (o que já aponta para o fator mantenedor do sistema); logo em seguida se alcança os direitos políticos, o que leva à participação na vida política da sociedade (muitas vezes interpretado como o direito de votar e ser votado, essa é a noção a que se tem reduzido a definição de democracia participativa); e por último, conquista-se os direitos sociais que primam pelo acesso ao consumo (a eles dizem respeito a conquista do acesso ao mínimo necessário para a sobrevivência do cidadão na sociedade de consumo, mínimo este muitas vezes garantido pelo Estado).

El status jurídico del ciudadano puede abarcar desde la protección exclusivamente passiva hasta la actividad formal de votar, pero puede también negar el derecho a desempeñar cualquier actividad política relevante. Uma vida no comprometida com la comunidade política puede ser también una vida no autorizada a participar, yasea política o economicamente, enesa comunidade. (CLARKE, 1999, p. 66).

A separação entre indivíduos se faz justamente no que se concebe como a base de sustentação do sistema a que essa noção de cidadania vem dar ênfase, a desigualdade social. Fazendo alusão à *polis* grega, assim como na sociedade aristotélica os indivíduos que se reconheciam enquanto cidadãos eram os que decidiam sobre a vida da *polis*, os senhores dos escravos, estes, por sua vez, não pertenciam à classe de cidadãos por não pertencerem ao âmbito do *espacio público*, assim como as mulheres. Ao passo que, no contexto marshalliano, as pessoas que terão direito a ser chamadas de cidadãos são tão somente aqueles que conseguem ter acesso aos bens de consumo e terão seu direito à propriedade privada garantida pelos direitos civis. Ficam excluídos pobres, indigentes, mulheres (que só passam a exercer seus direitos políticos em meados do século XX), jovens entre outros excluídos, os novos escravos da *polis*.

Há o fato, também, que no Brasil, a construção desses direitos, ainda em uma concepção marshalliana, se deu às avessas. Segundo José Murilo de Carvalho (2011), no Brasil primeiro se concebe os direitos políticos, depois os sociais e, por último, os direitos civis. Essa construção inversa no campo dos

direitos do cidadão pode ser a explicação para a complexa realidade de crises na participação cidadã no país, com reflexo direto nas juventudes.

Desta forma e em segundo lugar, a cidadania plena é perdida no momento em que a participação política é colocada em segundo plano e não como a base de sustentação para a caminhada de construção da cidadania.

La ciudadanía aparece entonces no tanto como um mecanismo de emancipación y libertad como um dispositivo que de forma solapada, aunque sorprendentemente efectiva, sirve para castrar politicamente a la gente. Esa castración política es el resultado tanto de la naturaliza del concepto de ciudadanía como del deliberado mal uso que el mismo se hace.(CLARKE, 1999).

Desta forma, entendendo que a juventude é apresentada na modernidade como um “estilo de vida” propagandeado e introjetado pelo sistema, a condição juvenil torna-se um “direito social”. Isso acaba por homogeneizar o fator juventude e colocá-lo como algo inalcançável para algumas classes de seres humanos, que não se fazem pertencer a esta noção de cidadania, justamente por não disporem do mínimo necessário à sua sobrevivência. Segundo Santos (2007), em um território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo acaba por colaborar para que as desigualdades sociais aumentem. Isso pode explicar, em parte, tudo que foi aferido durante a pesquisa, através dos discursos e das observações empreendidas em campo.

Essa visão ou concepção sobre juventude a coloca como fator obrigatório na vida dos indivíduos, com atos e reproduções já estabelecidas e que ditam sobre a aceitação de cada um na comunidade. Perde-se o caráter heterogêneo da sociedade, esquecendo-se da individualidade e particularidade própria de cada ser. É enaltecida a noção de cidadania passiva, pois se considera ideal o status de cidadania jurídica, que permite aos sujeitos sociais a garantia de direitos e benefícios que promovem o seu bem estar, sem necessariamente, haver uma participação efetiva de cada um na vida da sociedade. Essa participação se dá através da representação feita por alguns poucos membros que ascendem ao espaço da participação política.

Ora, se a cidadania se efetiva (desde o pensamento grego, mesmo com suas restrições) através da participação concreta na vida da organização

pública, compartilhando entre os *outros* e cada um suas experiências e criando um espaço de responsabilidade política, trazendo para si e compartilhando entre os demais a responsabilidade sobre a vida de cada um, então esse modelo de cidadania contemporâneo apresenta-se, no mínimo, incompleto em sua essência.

Se considera que la ciudadanía activa, además de permitir la propia vida, fomenta la actividad y la responsabilidad políticas: es el modelo por antonomasia del compromiso compartido con el mundo. Para algunos pensadores este compromiso es tan importante que define la esencia misma del ser humano. (CLARKE, 1999, p. 122).

Desta forma, a cidadania que se apresenta termina por diminuir o espaço de atuação dos seus no espaço público, pois limita seu acesso às atividades cívicas. Percebemos, assim, como a individualidade de cada um se faz demasiado importante, o que nos leva a conferir um aspecto particular à política em detrimento do universal. Esse aspecto se faz perceber quando tratamos da discussão sobre a identidade dos cidadãos, muitas vezes relegada a um único aspecto, que o liga ao Estado: o *território*.

A discussão sobre o *território*, produtor de relações sociais, se faz necessária por apresentar características que nos permitem refletir sobre a dimensão individualizante e, ao mesmo tempo, universal desta categoria. É ele quem irá se apresentar como o definidor da inclusão ou exclusão de sujeitos cidadãos no mundo, além de levar a reflexão sobre as questões necessárias à política hoje. Isso foi que se tentou fazer neste trabalho, que buscou nos significados das relações sociais entre os jovens e a sociedade, explícitas na região do GBJ, algumas respostas ou reflexões acerca da construção da cidadania dos jovens, em especial os que transitam nas margens dos direitos, às margens da cidade.

Conclusões à deriva

Durante todo o trabalho o esforço se deu em torno de se fazer uma reflexão sobre a construção dos significados da cidadania para os jovens que vivem conflitos diários relacionados à falta de capilaridade nas relações que efetivam os direitos relacionados à noção de cidadão.

Da observação de algumas situações, nasceu a vontade de aprofundar o estudo sobre as relações dentro de um lugar que se fazia ímpar, dentro de uma realidade maior a ele. Portanto, trabalhar a noção de *território* logo se mostrou uma saída interessante para se refletir sobre a visão de *não lugar do lugar*. Explico: pensando o espaço do GBJ, a partir da ótica da cidade e toda a dinâmica nela existente, o que se percebeu foi uma outra forma de apropriação do espaço, reflexo da forma como se deu a construção da sociabilidade dos indivíduos e as significações dadas ao lugar. Haesbaert (1995) faz alusão ao pensamento de Harvey ao tratar desse assunto, que podemos usar de maneira alusiva.

Segundo Harvey, “o domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem um maior grau de controle (...)” (1992:202). Já para Lefèbvre, em que Harvey se inspira, “o espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, esvaziado. Seu conceito não adquire seu sentido a não ser por oposição ao conceito inseparável de apropriação”. (1986:191). (HAESBAERT, 1995, p.169).

Essa construção e apropriação/domínio do espaço faz sentido ao resgatarmos a história de como surgiu o/os bairro(s). Apesar de ser uma história “comum”, ao tratarmos da constituição dos bairros periféricos no Brasil, o GBJ, no seu cotidiano, apresenta especificidades que merecem atenção. Uma delas, e a mais visada, é a juventude.

Mais do que qualquer outro problema, a juventude do GBJ parece ser , de fato, a sua grande “questão social”, como bem aponta Groppo em suas definições de juventude na modernidade. E esse é um apontamento tanto feito de fora para dentro, como por quem está dentro. Haja vista os discursos do “marginalzinho” ou do “pessoal da favela”. E, se formos aprofundar outras questões, como a de gênero, a questão social tem um sexo definido, ou pelo menos que se sobressai, o sexo masculino. O “marginalzinho”, como foi colocado por uma das entrevistadas, é homem, “sempre é homem”. Como as conclusões ainda encontram-se à deriva, pode ser este um bom elemento para estudos futuros sobre o tema Juventude. Tema esse que parece não se esgotar, por mais transformações que sofra a sociedade e por mais madura que ela esteja. A juventude instiga reflexões, justamente por ter um papel de

“momento de formação”, é a geração de constante amadurecimento e reinvenção da sociedade.

(...) a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. [...] Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas. (GROPPO, 2000, p. 8).

Nesse momento de formação, em que se encontra a juventude, nada mais interessante do que discutir o conceito de cidadania, tendo como pano de fundo as novas relações que se apresentam na contemporaneidade, com relação aos desafios dos espaços do público e do privado. Espaços, esses que, nas conclusões da pesquisa se mostram um tanto quanto confusos no *território* pesquisado. Levando em consideração que o Estado é que toma para si a responsabilidade de fazer a interlocução entre estes dois espaços, e essa interlocução se dá através das garantias dos direitos plenos ao cidadãos, há de se considerar que esse papel ou não se cumpre ou se cumpre de maneira falha nesse *território*. Todos os fatos levantados no trabalho convergem para essa reflexão: de um Estado que se exime de seu papel enquanto regulador das questões sociais e, por conseguinte, essas questões se alteram de tal forma, que se perde, e alguns momentos, características básicas para se construir a cidadania, uma delas é a participação.

Esta característica se mostrou inoperante entre os entrevistados, as formas de participação na vida ativa da comunidade não se deram a contento. A única entrevistada que participava ativamente da vida da comunidade, através de pastorais sociais da igreja, era também a única que teve acesso, de maneira irrestrita, a todos os direitos sociais básicos do cidadão, a única que conseguiu alcançar o ensino superior, a única que conseguiu submergir às condições adversas de seu território. No mais, o que se percebeu foi uma espécie de apatia ou mesmo distanciamento de sua própria realidade. Exemplo disso foram as conceituações de violência. Para eles, isso é algo externo, mesmo sendo parte do cotidiano do território, mesmo sendo essa, a

característica imaginária do que seja o GBJ. A imagem de território violento é constantemente rechaçada na fala os jovens, mas é apresentada, nas mesmas falas, como o grande incômodo enquanto moradores daquele lugar.

Aliás, a contradição foi algo marcante em todas as falas. Era um misto de “se percebe, mas não se sente”. Penso que isso se dá, em parte, pela não participação, ou melhor, pelo não exercício da cidadania ativa. Ela deveria ser a responsável pela construção de uma visão crítica da sociedade, visão esta que só se apreende no contato direto, no exercício diário de ações que congreguem em uma transformação efetiva das questões conflituosas, ou, pelo menos, a construção de um caminho para essa solução. Não entro na questão de uma “crise da participação”, apesar de parecer ser isso. A crise pressupõe o conflito de algo que já existiu. Se partirmos do pressuposto que os direitos relativos ao cidadão se conceberam de forma avessa no contexto nacional e que, no território estudado, o não acesso ao básico ofertado por esses direitos (civis, sociais e políticos) é uma constante na história de sua formação, então podemos chegar à conclusão que o campo necessário à construção dessa participação nunca se fez por completo. Talvez resida aí, também, a explicação de, mesmo sendo um *território* de uma existência massiva de organizações da sociedade civil organizada, mesmo assim a participação não consegue se cristalizar e se propagar por todo o seu corpo de moradores.

Aferimos isso quando perguntamos sobre o conhecimento dos jovens, acerca dessas organizações. Para a ampla maioria, a única coisa que podiam dizer com certeza era que existia posto de saúde e escola. Coisas que viam e utilizavam no seu cotidiano.

Portanto, falar de uma crise na participação não seria o adequado a esta situação. Prefiro falar em uma “crise” do público e do privado que, não só o Estado, mas todas as instituições responsáveis por sua manutenção (família, sociedade) passam por conflitos que têm em seu âmago os dilemas desencadeados pelas desigualdades produzidas pela exacerbação da propriedade privada. O reflexo disso se dá, como já dissemos, na construção da cidadania e na redefinição dos papéis dos cidadãos na sociedade.

As conclusões deste trabalho acabam por ficar à deriva, no sentido de que este mostra-se ser um estudo em “eterna construção”, já que a cidadania e a juventude se fazem vivas dentro do movimento das relações sociais, que se constroem e se desconstroem cotidianamente. O certo é que, elementos para possíveis estudos futuros, não faltam. Como bem poetiza Drumond, após esse colóquio instantâneo, retomamos a nossa busca por notícias em lugares que desconhecemos, assim se faz o caminho do pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro P. **Retratos da Juventude Brasileira** Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

_____. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In.: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro P. Retratos da Juventude Brasileira – Análises de

uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: Unesco, 2002.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; XAVIER, Natália Pinheiro. **Juventude e Segurança**: a política de pacificação. O Público e o Privado, Fortaleza, ano 2, n. 4, p.125-139, jul./dez. 2004.

AMORIM, Maria Salete Souza de. **Cidadania e Participação Democrática**. In.: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2º. 2007, Florianópolis. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007. p.366 a p. 379.

ANITELLE, Fernando. Criado-mudo. Intérprete: O Teatro Mágico. In.: **2º Ato**. São Paulo: O Teatro Mágico, 2008. 1 cd, 700 mb. 8ª faixa.

ANDRADE, Carlos Drummond. Nova Reunião – Seis livros de poesia. Vol. 2. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó de. et al. (org.). **Fortaleza e suas tramas**: olhares sobre a Cidade. Fortaleza: EdUECE, 2008.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARRETCHE, Marta T.S. **Tendências no Estudo sobre Avaliação**. In: Elizabeth Melo Rico (org.): Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Relatório**: Estudos sobre jovens em Situação de Risco no Brasil. Brasília, 2007.

BARREIRA, César (coord.) **Ligado na galera**. Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999.

BELCHIOR. Como nossos pais. Intérprete: Elis Regina. In.: **Falso Brillante**. São Paulo: Universal, 1976. 1 cd, 700 mb. 1ª faixa.

BELLONI, Isaura. et al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4ª ed. São Paulo, Editora: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 75).

BENEVIDES, Marinina Gruska. **Entre ovelha negra e meu guri**: família, pobreza e delinquência. São Paulo: Annablume, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra.** In Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O Poder simbólico.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http:// www.senado.gov.br/sf/legislacao.htm](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília. Fortaleza: FUNC/COMDICA, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Cidadania e res publica:** a emergência dos direitos republicanos. Filosofia política. Rio de Janeiro: Nova Série, v.1, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia. (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social:** Uma Crônica do Salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni. (Org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Texto para discussão nº 1335. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2008.

CAZUZA – O tempo não pára. Direção: Walter Carvalho e Sandra Werneck. Intérpretes: Daniel de Oliveira; Marieta Severo; Reginaldo Faria; Andréa Beltrão; Leandra Leal; Emílio de Melo; André Gonçalves; Débora Falabela; Henrique Pires. Brasil: Columbia Tristar Filmes, 2004. 1 DVD (90 min)., som estéreo, color.

CAZUZA. Exagerado. Intérprete: Cazuza. In.: **Exagerado.** Rio de Janeiro: Som Livre, 1985. 1 cd, 700 mb. 1ª faixa.

CAZUZA. Ideologia. Intérprete: Cazuza. In.: **Ideologia.** Rio de Janeiro: PolyGram, 1988. 1 cd, 700 mb. 1ª faixa.

CAZUZA. Vida louca vida. Intérprete: Cazuza. In.: **O tempo não pára.** Rio de Janeiro: PolyGram, 1988. 1 cd, 700 mb. 1ª faixa.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa e ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLARKE, Paul Berry. **Ser cidadão**. Londres: Ediciones Sequitur, 1999.

CLEMENTINO, Josbertine Virgínio. **As Políticas de Juventude na Agenda Pública Brasileira: Desafios e Perspectivas**. 2009. 129 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará- Fortaleza, 2009.

COSTA, Cláudia Maria Inácio. **Políticas Públicas de juventude e Participação: avaliando a experiência do município de Maracanaú – CE**. 2009. 76 f. Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DAMASCENO, Francisco José Gomes. **“Eu presto atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada”**: juventude sob dois aspectos (o de sua constituição e de suas representações e o da sociedade pelos jornais). O Público e o Privado, Fortaleza, ano 2, n. 4, p. 29-45, Jul./Dez. 2004.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p.40-53, set./out./nov./dez. 2003.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

DOMINGUES, José Maurício. **Cidadania, Direitos e Modernidade**. In.: Jessé Souza (Org.): Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRAGA, Paulo César Pontes. **Política, isolamento e solidão**: práticas sociais na produção de violência contra jovens. In.: Mione Apolinario Sales; Murilo Castro de Matos; Maria Cristina Leal (Org.): Política Social, Família e Juventude – uma questão de direitos. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

FRAGA, Paulo Denisar. **Juventude e cultura**: identidade, reconhecimento e emancipação. Revista Espaço Acadêmico, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/075/75fraga.htm>>. Acesso em: 09 de março de 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria V; PAPA, Fernanda C. (orgs.) **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

FORACCHI, Marialice M.(Org.). Karl Mannheim - **O Problema sociológico das Gerações**. In.: Col.Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Atica, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir** – História da Violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Coleção Enfoques. Sociologia. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. 3ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HÖFLING, Heloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. São Paulo: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro de 2001.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação de Massas**. In.: Teoria da Cultura de Massa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: [s.n]. 1978.

JOVENS ACONTECENDO NA TRILHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília: CNPD, 1998.

JUVENTUDE TRANSVIADA. Direção: Nicholas Ray. Produção: Nicholas Ray, Irving Shulman. Intérpretes: James Dean, Natalie Wood, Sal Mineo, Jim Backus. Estados Unidos: Rebel Without a Cause, 1955. 2 DVD's (111 min.), som, estéreo, color, legendado.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social, cultura e desenvolvimento**. UNESCO: Cortez Editora, 2002.

KRISCHKE, Paulo J. **Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática**. In.: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro P. Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

LEAL, Maria Cristina. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais**. In.: Mione Apolinario Sales; Murilo Castro de Matos; Maria Cristina Leal (Org.): Política Social, Família e Juventude – uma questão de direitos. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

LEAL, Rogério Gesta. **Teoria do Estado**: cidadania e poder político na modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

LÉON, Oscar Dávila. **Da Agregação Programática à Visão Construtiva de Políticas de Juventude**. In: Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Org.: FREITAS, Maria V; PAPA, Fernanda C. São Paulo: Cortez, 2003.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: BRITTO, S. de. Sociologia da juventude I — da Europa de Marx à América de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 69-94.

MATOS, Marlise. **Cidadania porque, quando, para quê e para quem?** Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusivas. Programa de Formação de Conselheiros Nacionais/UFMG, 2009.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos**: Redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, Nº 5, 1997.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NERI, Marcelo Côrtes. (Coord.) **O estado da juventude**: drogas, prisões e acidentes. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.

NOVAES, Regina Reyes. **Políticas de Juventude no Brasil**: continuidades e rupturas. In: NOVAES, Regina et al. Juventude e contemporaneidade. Brasília: Unesco, 2007. p. 253-280.

_____. e VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade**: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2003.

_____. **Juventude e participação social**: apontamento sobre a reinvenção da política. In: Juventude em Debate. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Juventude**: conflito e solidariedade. Rio de Janeiro: ISER. Comunicações do Iser 50, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano Mundial de Ação para Jovens**. Assembléia Geral das Nações Unidas, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 217 A (III) de 10 de Dezembro de 1948. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em:< <http://www.fia.rj.gov.br/legislacao/declaracaodireitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE JUVENTUD. **Juventud, Violencia y Sociedad en América Latina**. In.: Colección Millenium – Estudios de Juventud, nº 2. Madrid: Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Juventud, 2001.

ORTEGA Y GASSET, José. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. *Análise sociológica*, v.25, 1990.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: Temas & Questões. São Paulo: Cortez, 2009.

PONCE DE LEON, Alessandro. **Juventude brasileira**: geração problema ou oportunidade de desenvolvimento? In.: *Política Social Preventiva: Desafio para o Brasil*. Dieter Benecke e Renata Nascimento (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

_____. **Políticas públicas de juventude**: uma proposta para a sociedade. São Paulo: Instituto Teotônio Vilela, Juventude PSDB, 2001.

PONTUAL, Pedro. **Juventude e Poder Público**: diálogo e participação. In: *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. Org.: FREITAS, Maria Virgínia de., PAPA, Fernanda de Carvalho. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Guias de Programas de Juventude – Governo Federal*. Brasília.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD 2007- Primeiras Análises: Educação, Juventude, Raça/Cor. Vol. 4. Brasília, novembro 2008.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RACTUS, Rodrigo Abel. **Para além das políticas de juventude**. Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Ernesto. **Juventude y Políticas Públicas en América Latina**: experiências y desafios desde la gestión institucional. In: CORPORACIÓN REGIÓN.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Formar, 1980.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. v.2. Brasília: CNPD, 1998, p. 731-752.

_____. **Política Pública e Políticas Públicas no Brasil:** conceitos básicos e achados empíricos. In.: O Estudo da Política: tópicos selecionados, Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAES, Décio Azevedo M. **Cidadania e capitalismo:** uma abordagem teórica. In.: Estudos Avançados. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/iea/saescidadania.pdf>>. Acesso em 21 de julho de 2009.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** In SARAVIA & FERRAREZI, Políticas Públicas, Enap, 2006.

SCHINDLER, Nobert. **Os Tutores da Desordem:** Rituais da Cultura Juvenil nos Primórdios da Era Moderna. In.: LEVI, Giovanni & SCHIMITT, Jean-Claude. (orgs.) História dos Jovens: Da antiguidade à era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil:** a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SENNA, Viviane (coord). **Por uma política de juventude para o Brasil.** Brasília: Instituto Ayrton Senna, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo, BILL MV, ATHAIDE, Celso. **Cabeça de Porco.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** Uma Revisão da Literatura. Sociologias. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, ano 8, nº 16, jul.dez. 2006, p. 20-45.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território:** sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SPOSITO, Marília P. **Políticas metropolitanas de juventude:** projeto temático. São Paulo: Mimeo, 2002

_____. **A sociabilidade juvenil e a rua:** novos conflitos e a ação coletiva na cidade. Tempo Social, v.5, n.1 e 2, p. 161-178, 1993.

_____. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil.** In: Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Org.:

FREITAS, Maria Virgínia de. , PAPA, Fernanda de Carvalho. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Andrés (Org.). **Associando-se à Juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

UNESCO. Manifesto da Juventude para o Século XXI. Paris: UNESCO, 2000.

UNESCO. **Relatório**: Políticas de/para/com as juventudes. Brasília, 2004.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Moderna, 1979.

VALENZUELA, Maria Elena. **Políticas públicas de juventud para la Inclusión social y para combatir La desigualdad y discriminación en el mundo del trabajo**. [s.n.t]

VELHO, Gilberto; DUARTE, Luis Fernando Dias (org.). **Juventude contemporânea**: cultura, gostos e carreiras. Rio de Janeiro: 7letras, 2010.

VILLA-LOBOS, Dado; RUSSO, Renato; BONFÁ, Marcelo. Há tempos. Intérprete: Legião Urbana. In.: **As quatro estações**. São Paulo: EMI Music, 1989. 1 cd, 700 mb, 1ª faixa.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDADE:

SEXO:

BAIRRO:

HÁ QUANTO TEMPO MORA

AQUI:

ESTUDA: ()SIM ()NÃO

SE SIM, QUAL O ANO?

A ESCOLA É NO BAIRRO?

SE NÃO, POR QUÊ?

HÁ QUANTO TEMPO PAROU DE ESTUDAR?

HÁ PRETENSÃO DE VOLTAR A ESTUDAR?

Percepções Jovens – Jovens

- 1. Como é seu ciclo de amizades, são todos daqui?**
- 2. O que você acha deles?**
- 3. Todos são da mesma idade?**
- 4. Todos estudam?**
- 5. É bom ser jovem? Por quê?**
- 6. O que vocês pensam sobre o futuro?**
- 7. E sobre o presente?**
- 8. Será pedido que ele comente uma foto com jovens da periferia e jovens do “asfalto”. (O desenho não será colocado neste momento no anexo)**

Percepções Jovens – Território

- 1. Você nasceu aqui, se não, como chegou aqui?**
- 2. Você gosta do seu lugar?**
- 3. Quais as coisas boas e as ruins de morar aqui?**
- 4. O que tem no seu bairro?**
- 5. O que você acha que falta no seu bairro?**
- 6. E os jovens daqui, o que eles fazem?**
- 7. E você, faz o quê?**

8. Você está feliz em morar aqui? Por quê?

Percepções Jovens – Violência

- 1. O que você define por violência?**
- 2. O que você acha que é a causa da violência?**
- 3. E as consequências?**
- 4. O que você acha que seria a solução para a violência?**
- 5. Você considera seu bairro violento? Por quê?**
- 6. Você ou alguém próximo a você já foi vítima de algum tipo de violência?**

Percepções Jovens – Participação

- 1. Você participa de alguma coisa aqui no bairro? Se sim, o quê?**
- 2. Como e por que começou a participar?**
- 3. Você pratica algum esporte?**
- 4. Quais esportes os jovens praticam aqui?**
- 5. E na escola, você participa de alguma coisa? Por quê?**
- 6. E os jovens daqui, participam de quê?**

Percepções Jovens – Família

- 1. Com quem você mora?**
- 2. Eles são sua família?**
- 3. O que você acha que é uma família?**
- 4. Como é a sua relação com a sua família? É a mesma relação que seus amigos têm com a família deles?**
- 5. Há alguma influência da sua família nas suas ações e atitudes? Por quê?**

Percepções Jovens – Sociedade

- 1. O que as pessoas falam dos jovens daqui?**
- 2. O que você acha disso?**

3. Por que você acha que falam isso?
4. E as pessoas daqui, o que falam sobre os jovens?
5. Você concorda? Por quê?
6. E o que você pensa das pessoas daqui? E dos outros lugares?

Percepções Jovens – Serviços Públicos

1. Como é o acesso à educação e saúde aqui?
2. Quais os equipamentos públicos daqui?
3. E como é o acesso dos jovens a eles?
4. Como vocês são atendidos?
5. Como você acha que deveria ser atendido?
6. Como é o acesso ao lazer, onde vocês se divertem?
7. Você está satisfeito com isso?
8. O que poderia melhorar? Por quê?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr. Francisco Horácio da Silva Frota, cujo objetivo é coletar dados qualitativos para a pesquisa do meu trabalho de dissertação, que tem como título: **Cidadania em foco: a percepção das juventudes acerca**

dos seus papéis no contexto da periferia de Fortaleza – o caso Grande Bom Jardim.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 60min.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone (85) 8878-1085 e pelo e-mail: claudiaicosta@yahoo.com.br.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

